



UNILAB

**Universidade da
Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

– UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – BHU

SILMARA PEIXOTO MOREIRA

**EDUCAÇÃO CORPORAL, CLASSE E GÊNERO: MULHERES BENEFICIÁRIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ-CE.**

REDENÇÃO-CE

2016

SILMARA PEIXOTO MOREIRA

**EDUCAÇÃO CORPORAL, CLASSE E GÊNERO: MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ-CE.**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra

REDENÇÃO-CE

2016

EDUCAÇÃO CORPORAL, CLASSE E GÊNERO: MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ-CE.

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra

Aprovada em 27/01/2016

BANCA EXAMINADORA

Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra (orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Dr^a prof. Violeta Maria de Siqueira Holanda

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Dr^o prof. Francisco Vitor Macêdo Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

A todas as mulheres que, da sua maneira, lutam diariamente contra as amarrações que lhe são impostas. Mulheres que resistem e sonham em ser livres e fazem, da sua luta, sementes para nascerem flores.

AGRADECIMENTOS

Aos seres divinos da santíssima Trindade e às deusas do amor que estão presentes na minha vida.

À família e amigxs que acrescentam mais vida aos meus dias.

Às professoras e professores queridxs que compartilharam comigo suas experiências, em especial xs professorxs que participaram da banca examinadora desse trabalho; Francisco Vitor, Violeta Maria e Cadu Bezerra, obrigada!

A todas as pessoas que disponibilizaram um pouco do seu tempo para está comigo, sem vocês a realização deste trabalho não seria possível!

Obrigada a todxs!

Cristiane Sobral

(Não vou mais lavar os pratos).

Não vou mais lavar as coisas e encobrir a verdadeira sujeira
Nem limpar a poeira e espalhar o pó daqui para lá e de lá para cá
Desinfetarei as minhas mãos e não tocarei suas partes móveis
Não tocarei no álcool
Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler
Depois de tanto tempo juntos, aprendi a separar
Meu tênis do seu sapato,
Minha gaveta das suas gravatas
Meu perfume do seu cheiro
Minha tela da sua moldura
Sendo assim, não lavo mais nada,
e olho a sujeira no fundo do copo.
Sempre chega o momento
De sacudir, de investir, de traduzir
Não lavo mais pratos.

RESUMO

Este é um trabalho de conclusão de curso (doravante TCC), realizado com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (doravante PBF) na cidade de Maracanaú-CE, especificamente dos bairros Timbó, Pajuçara e Jardim Bandeirante. O principal objetivo foi analisar as contradições do desenvolvimento econômico do município com a situação social das mulheres beneficiárias do PBF e residentes dos respectivos bairros, tendo como fio condutor para esta pesquisa as categorias educação corporal, classe e gênero.

Palavras chave: Gênero; Classe; Educação Corporal; Bolsa Família; Maracanaú-Ceará.

ABSTRACT

This is a completion of course work (now TCC) held with women beneficiaries of the Bolsa Família Program (hereinafter PBF) in the city of Maracanaú -CE, specifically of Timbo neighborhoods , Pajuçara and Bandeirante Garden . The main objective was to analyze the contradictions of economic development of the municipality with the social situation of the beneficiaries of the PBF women and residents of their districts , and as a guide for this search categories body education , class and gender .

Key-words: Genre; Class; Corporal education; Bolsa Família; Maracanaú-Ceará.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População recenseada

TABELA 2 – Unidades de Saúde ligadas ao SUS (2013)

TABELA 3 – Profissionais da saúde ligados ao SUS (2013)

TABELA 4 – Índice de Desenvolvimento (2009/2010)

TABELA 5 – Produto Interno Bruto (PIB)

TABELA 6 – Receita estadual arrecadada

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Banheiro Comunitário de famílias beneficiárias do PBF

IMAGEM 2 – Casa que reside família beneficiária do PBF

IMAGEM 3 – Casas em que residem famílias beneficiárias do PBF

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPCE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPEA - Instituto de Pesquisas Aplicada

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PBSM - Plano Brasil Sem Miséria

PIB - Produto Interno Bruto

SEFAZ - Secretária da Fazenda do Estado do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. BREVE RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	21
1. 1. Trajetória dos Direitos Humanos e a luta de classe contra o Estado burguês	24
2. CONTRADIÇÕES E PECULIARIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ	29
2. 1. Bolsa família e as suas condicionalidades	34
3. Bolsa família e desigualdade de gênero	44
3. 1. Educação corporal e a desigualdade de gênero	58
4. TRABALHO DE CAMPO	62
4. 1. Perfil social das beneficiárias entrevistadas	65
4. 2. Diário de campo	66
4. 2. 1. Diário de campo do dia 10 de julho, (sexta-feira) - Visita ao CRAS de Pajuçara.....	66
4. 2. 2. Diário de campo, dia 11 de agosto (terça-feira) , Visita ao CRAS Bandeirante.....	69
4. 2. 3. Diário de campo, dia 25 de agosto – Visita ao bairro Timbó	72
4. 2. 4. Diário de campo, dia 31 de agosto (segunda-feira) - Andando pelas ruas do bairro Timbó	73
5. DAS HISTÓRIAS DE VIDA	74
5. 1. História de vida – Rosivânia	74
5. 2. História de vida – Maria	75
5. 3. História de vida - Antônia	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
APÊNDICE: Roteiro do questionário aplicado as beneficiárias do PBF	87
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	91

INTRODUÇÃO

Trata-se de um trabalho de conclusão de curso (doravante TCC), que vem discutir em termos gerais (macro) e específicos (micro) as desigualdades sociais das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), residentes dos bairros Timbó Pajuçara e Jardim Bandeirante do município de Maracanaú. A presente pesquisa é resultante das experiências anteriores como bolsista no Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculada ao CNPQ/MDS/2013 “*E agora falamos nós mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE*”, sobre a coordenação da antropóloga Prof. Dr^a. Vera Rodrigues.

Esta pesquisa antropológica tinha como principal objetivo analisar os processos de construção de autonomia feminina para além da esfera socioeconômica, mas evidenciando também as esferas familiares e públicas como espaços de interação social, conflitos, desigualdades e luta por direitos.

A partir das experiências adquiridas nessa pesquisa, consegui traçar um caminho de investigação com as mulheres beneficiárias, porém do município de Maracanaú. Observei com a pesquisa em Redenção, a importância de se contextualizar ao local da pesquisa, para observação do contexto social em que as pessoas vivem naquele espaço e compreender as relações a partir da subjetividade de cada indivíduo. Percebi que a situação social das mulheres beneficiárias do PBF era influenciada de acordo com o local em que elas moravam.

As que moravam na zona rural eram mais dependentes do PBF, pois elas eram agricultoras, que colhiam os alimentos conforme o período de chuva fosse bom. E na época que as entrevistei estava no período de seca, dificilmente chovia, apesar de haverem cisternas em algumas serras, o acesso à água era limitado como também os serviços públicos como hospitais e escolas.

As mulheres que moravam na cidade, na zona urbana, apesar de também precisarem do auxílio do bolsa família, por serem donas de casa, não possuíam renda fixa, no entanto conseguiam fazer outras atividades para complementar à renda, como elas dizem faziam um “*bico*” como lavar roupas de pessoas de fora ou fazer faxina na casa de terceiros, e conseguiam ter acesso com mais facilidade aos serviços públicos ainda que de forma precária.

Todas as mulheres que entrevistei tanto da zona rural como da zona urbana de Redenção, salientaram que o dinheiro do bolsa família ajudava para comprar os

alimentos e materiais escolares para seus filhos/as, no entanto, por o valor ser “pequeno”, não dava para pagar todas as despesas das necessidades básicas, como ter água, comida, roupa e casa, mas dava para ajudar a pagar uma dessas necessidades. Observei também com as entrevistas, que as mulheres beneficiárias da zona urbana em sua maioria eram mães solteiras e da zona rural viviam em união estável. E muitas apesar de visivelmente negras se autodeclaram “*parda*”, fato este, recorrente também na minha pesquisa com as mulheres de Maracanaú.

Ao contrário da pesquisa feita em Redenção, a proposta da minha pesquisa em Maracanaú não foi fazer uma etnografia, pois este método requer técnicas e práticas próprias da antropologia, por ser a etnografia uma descrição densa (GUEERTZ, 2012). No entanto, com o trabalho de campo, convivendo com as mulheres beneficiárias do PBF, fui percebendo outras questões além dos fatores socioeconômicos, através das histórias de vida das mulheres beneficiárias, observei os conflitos sociais e familiares, e suas próprias insatisfações com os serviços prestados pelos profissionais/técnicos do Centro de Referência da Assistência Social (doravante CRAS), se fazendo necessário assim, interligar, compreender e descrever esses conflitos.

Iniciei minha pesquisa de campo com as mulheres beneficiárias de Maracanaú em julho de 2015 e finalizei em novembro de 2015. O principal objetivo foi analisar a situação social dessas mulheres com o desenvolvimento econômico do município. A escolha do município para a pesquisa se deu por dados empíricos de maior distrito industrial do Ceará, segundo o Censo de 2010, o município possui o 2º maior PIB do Estado, como também possui a segunda maior arrecadação de ICMS do Ceará.

Maracanaú tem em seu território indústrias nacionais e multinacionais com o contingente de operárias e operários residentes e não residentes do município que trabalham nessas indústrias. Através da minha vivência como residente do bairro Timbó (bairro da zona urbana) de Maracanaú, conversando cotidianamente com algumas mulheres da vizinhança elas relatavam a situação de desemprego, como também a dificuldade para o atendimento nos postos de saúde, e falta de creche públicas integrais no município.

Por ser moradora do bairro Timbó e andar constantemente por outros bairros vizinhos, fui problematizando essas questões, e suscitaram meu interesse de investigação para saber se as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo elas beneficiárias do PBF, programa de Transferência Condicional de Renda, ou seja, a transferência está condicionada ao cumprimento de determinada

exigências na saúde e na educação, e pretende também proporcionar oportunidades de formação e capacitação profissional aos beneficiários, (FORSBERG, 2011, p. 22). O que interessava analisar através da pesquisa se as mesmas estavam tendo realmente acesso aos seus direitos básicos, aos serviços de saúde, de educação, e quais eram as suas dificuldades cotidianas.

Foi percebendo as contradições do desenvolvimento econômico do município e a situação social dessas mulheres que moravam nos bairros urbanos; Timbó, Pajuçara e Jardim Bandeirante, que se deu a investigação da presente pesquisa. Segundo o livro “Programa Bolsa Família – Uma década de inclusão e cidadania¹” lançado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicadas) 72% das famílias inscritas no programa são extremamente pobres, e 64% dos responsáveis pela família não chegaram a completar o ensino fundamental, foi com base nesse dado, que suscitaram meu interesse para escrita com a temática das desigualdades sociais com as mulheres beneficiárias do PBF.

A partir de experiências subjetivas, porém fortificadas nas bases materiais de produção de vida dos seres humanos, tendo como fio condutor entrelaçamento das categorias educação corporal, classe e gênero, que conduzi essa pesquisa.

Quanto à escolha da metodologia, se deu através das experiências como Bacharelada Interdisciplinar em Humanidades, curso com um perfil generalista com conteúdos humanísticos amplos. A partir da vivência com as disciplinas: História, Filosofia, Sociologia e Antropologia me estimularam enquanto pesquisadora alicerçada no exercício interdisciplinar, em diversas teorias e visões científicas por ter o curso uma mobilidade acadêmica flexível, me possibilitou desenvolver uma autonomia intelectual para a inovação da produção científica como forma de compreender, investigar, intervir ou mudar a realidade da sociedade. Na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas (CARLOS, 2007, p. 3).

A Participação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Marxista (NIPEM) sobre a coordenação do historiador Dr^o Prof. Roberto Kennedy Gomes Franco², me ajudou a delinear uma base materialista histórica e dialética para esta pesquisa, como também a contribuição da antropóloga Dr^a Prof. Vera Regina Rodrigues

¹ Livro disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf

² Foi meu orientador na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1), no qual tenho admiração como professor e que me ajudou nos meus primeiros passos em busca de um projeto de pesquisa para a escrita da monografia. Agradeço aos seus ensinamentos em sala de aula que me inspiraram como aluna e como pesquisadora. Obrigada!

da Silva³ que me deu a oportunidade de está participando do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) sobre sua coordenação, no projeto de pesquisa antropológico desenvolvido em Redenção-CE com as mulheres beneficiárias do PBF.

Como também, a contribuição da Dr^a Prof. Violeta Maria de Siqueira Holanda⁴, antropóloga, coordenadora do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade da UNILAB, que compartilhou das suas vivências antropológicas em sala de aula, que contribuíram, para a interligação da base materialista e a subjetividade, presente neste estudo. E pela orientação do Dr^o Prof. Carlos Eduardo Bezerra Oliveira⁵, que me influenciou nos estudos de Gênero.

A partir dessas experiências preliminares, com diversos professores de áreas de conhecimentos específicos, contribuíram para o exercício interdisciplinar inserido nesta desta pesquisa.

Para nortear essa investigação utilizamos o materialismo histórico dialético como ferramenta de análise, através da concepção marxista do materialismo histórico, ou seja, nas bases materiais de produção de vida, no qual o ser humano corpóreo vive, age e o transforma ao longo do tempo. Assim como nos ensinou Marx (1845, p. 11).

O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ele obriga com o resto da natureza [...]. Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua modificação provocadas pelos *homens* (seres humanos) no decurso da história. (MARX & ENGELS, 1845, p.11). [grifo meu].

Para Marx, o mundo não é só material, mas também dialético fruto de um produto histórico da ação do trabalho de seres humanos ao longo do tempo sobre a natureza, transformando-a em sociedade. Ao contrário da ideia dialética do ponto de vista idealista, cuja apropriação ocorre apenas no pensamento, para Marx essa apropriação parte antes das bases materiais (reais) da produção do trabalho de determinados seres humanos (corpóreo) que está sobre a terra e que age sobre ela.

³ Agradeço a oportunidade de ter sido bolsista em seu projeto, aprendi muito, com as leituras e com o trabalho de campo entrevistando as mulheres beneficiárias do PBF em Redenção. Foi meu primeiro passo como pesquisadora, através dessa experiência, que suscitaram meu interesse de investigação com as mulheres beneficiárias do PBF. Obrigada!

⁴ Professora que se tornou companheira de luta, das vivências antropológicas, que me ajuda com seus conselhos e com sua experiência dentro e fora da sala de aula. Obrigada pelas conversas e pela disponibilidade que me deste.

⁵ Mais que um orientador que admiro e tenho como referência é também um amigo sempre disposto a me ajudar. Obrigada querido pelo acolhimento, sem dúvida sua orientação e amizade foi um presente para mim, fundamental para a finalização desta pesquisa.

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas, são bases reais [...]. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência [...]. A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humano (MARX & ENGELS, 1845 p. 10-11).

Foi com a *Ideologia Alemã* (1845), iniciada por Engels, que Marx chegou à concepção materialista da história, o que constituiria o “*fio condutor*” de todos os seus estudos posteriores. Foi Engels que definiu o processo dialético ou também chamado de “*poder do negativo*”, afirmando que todo estado de coisas contingentes, de fato, entra no processo de sua própria negação. Portanto, o caminho indicado por Marx consistia na aplicação ao mundo “*real*”, ou seja, das bases materiais de produção de vida. (HOBSBAWN, et al. 1983, p. 67-70). Assim, foi que a linguagem idealista se tornou parte de um sistema de estrutura materialista que age sobre as coisas e os corpos (materiais/reais).

Para a investigação desta pesquisa se fez necessário o método o misto: quantitativo e qualitativo. A pesquisa quantitativa consiste no uso da quantificação, ou seja, está centrada em dados numéricos, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas. Para isso foi feito levantamento empíricos de dados estatísticos econômicos e sociais do município, através da base de dados disponibilizados por Institutos de Pesquisas: IPCE, IBGE, IPEA, com o cruzamento de informações disponibilizadas pelo Programa Bolsa Família através do Cadastro Único de cada município.

Com a pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve-se a complexidade de determinado problema, de forma minuciosa, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos e, assim, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos, (DALFOVO et al. 2008, p. 6-7). Para isso, se fez necessário uma investigação de revisão bibliográfica das categorias trabalhadas na pesquisa. Utilizamos também as entrevistas individuais, previamente consentidas, de algumas beneficiárias do PBF residentes em Maracanaú, para identificar o perfil social, como também utilizamos a observação participante e as conversas informais, como forma de conhecer um pouco suas trajetórias de vida, para fins de geração de dados.

A proposta da pesquisa não foi fazer uma etnografia, pois esta requer técnicas e prática própria da antropologia, mas foi fundamental utilizar abordagem qualitativa nesse estudo. O trabalho de campo é um método usado por outras áreas de

conhecimento das ciências humanas, que recorrem a técnicas similares à pesquisa qualitativa como coleta de dados e análise com métodos mais apropriados como: entrevista abertas, observação participante, análise documental etc.

Foi a partir das observações e discussões construídas através do trabalho de campo, sobretudo a contribuição da antropologia, que foi possível buscar a relativização no contato com o (a) “*outro*”, a pensar a partir das experiências subjetiva, a repensar a relação do sujeito/objeto de estudo a partir da ótica das relações de gênero como vem mostrar Mirian Grossi (1992, p. 10).

Com o relativismo se aceita que a Antropologia foi por muito tempo etnocêntrica. Com a inserção das mulheres no campo antropológico se descobre também que a Antropologia era androcêntrica, que a “busca do outro” era sempre a de um homem falando em nome de outros homens. Margareth Mead, Ruth Benedict, e algumas de suas seguidoras vão ser as primeiras a pensar as culturas não só do ponto de vista dos homens, mas também das mulheres (GROSSI, 1992, p. 10).

Através da inserção das mulheres no campo social, (antes dominado apenas por homens) como pesquisadoras/cientistas, foi possível descobrir um novo olhar, uma nova interpretação, designado de “*emergência da subjetividade*” mostrando que com a vivência das mulheres no trabalho de campo sua identidade também era refletida em sua pesquisa, era o que as faziam entender as difíceis relações pesquisadas, como, por exemplo, de mãe e filha na cultura mediterrânea (GROSSI, 1992, p. 12). Por intermédio da sua própria experiência como mulher, que se produziam conhecimentos sobre o assunto estudado, passando a ter um novo ponto de vista sobre o mundo antes apenas interpretado e significado por homens, concentrado e centralizado apenas em um sexo, conseqüentemente silenciando a voz da mulher que durante muito tempo foi esquecida e apagada da história da sociedade.

Os estudos de gênero tem mostrado, em linhas gerais, que a ciência está falando apenas de uma parte desta humanidade, vista sob ângulo masculino, e que não foi por acaso que, durante séculos, havia poucas cientistas mulheres. Pois a ciência que aprendemos desde a escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média os quais se refletem em apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais (GROSSI, 1996, p. 4).

Diante disso, através dos movimentos sociais, a mulher ganhou maior visibilidade na sociedade (devemos lembrar-nos da contribuição dos movimentos LGBTT, negro e, em especial, o movimento feminista negro, por ter levantado a

importância de ser pensar a interseccionalidade, por sofrer cotidianamente o racismo e a discriminação de classe e gênero), assim foi possível reescrever a história das relações sociais adicionando a mulher a esta reescrita até então esquecida durante séculos. No caso brasileiro, as mulheres do movimento feminista assumiram tardiamente uma luta que já começou na Europa e nos EUA no início da década de 1960, e tinha como uma das principais bandeiras o respeito à autonomia e à liberdade da mulher (PETERSON, 2004, p. 142).

Na pesquisa é fundamental essa busca por novas descobertas através da pesquisa de campo, do contato com o “*outro*”, o que a princípio causa estranheza, mas é o remédio para quebrar convicções pré-estabelecidas, como nos diz a Filósofa Maria Lúcia de Arruda Aranha (1999, p. 7).

A função de ‘estranhamento’ é fundamental para o *homem* (ser humano) desencadear as forças criativas, e se manifesta de múltiplas formas: quando paramos para refletir na vida diária, quando o (*a*) filósofo (*a*) se admira com o que parece óbvio, quando o (*a*) artista lança um olhar novo sobre a sensibilidade já embaçada pelo costume, quando o (*a*) cientista descobre uma nova hipótese. O ‘sair de si’ é remédio para o preconceito, o dogmático, as convicções inabaláveis e portanto paralisantes. É a condição para que, ao retornar de sua ‘viagem’, o *homem* (ser humano) se torne melhor (ARANHA, 1999, p. 7). [grifo meus].

Foi nessa perspectiva interdisciplinar metodológica sob as bases materiais e subjetivas que conduzi essa pesquisa interligando constantemente no seu decorrer as categorias educação corporal, classe, e gênero, visando à interação, a discussão, o diálogo e a cooperação como forma de contribuir para a produção de conhecimento científico.

Na categoria “*educação corporal*”, explanei sobre o processo de educação que nossos corpos são submetidos em todas as fases das nossas vidas, que aprendemos a andar, comer, vestir-se, a nos comportar e a nos relacionar de acordo com o nosso sexo biológico, e por sua vez também, adquirimos posturas corporais que são condicionadas pelas culturas através da diferença biológica do nosso corpo. Assim como fala Bourdieu em *A dominação masculina*, que a diferença biológica entre os sexos, ou seja, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente sua diferença anatômica entre os órgãos sexuais, foram assim vistas como justificativa natural para a divisão social do trabalho como também a divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Relatamos como o ser humano é condicionado para aprender a utilizar-se do seu corpo para produzir os meios de vida materiais, através do trabalho. E o trabalho é a

atividade humana por excelência, pela qual o ser humano intervém na natureza e em si mesmo (ARANHA, 1999, p. 6). Como nos ensinou Marx “o primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico” (MARX & ENGELS, 1845, p. 30).

Por sua vez, a produção do ser humano (trabalho) é um processo educativo, ou seja, a origem da educação historicamente coincide ao mesmo tempo com a origem do próprio ser humano (SAVIANI, 2007, p. 154).

Explicamos como o trabalho humano (ação de produzir os meios de vida), começou a ser explorada pelo sistema capitalista e transformada em forças produtivas, e essa relação de produção resultam na divisão da sociedade em classes hostis: exploradores (burgueses) e explorados/as (operários/as). Nesse sentido, abordei as desigualdades sociais entre a classe rica e pobre. E Interliguei a relação de produção com a relação de gênero construída historicamente entre homem e mulher: dominantes e dominadas, dentro do modelo patriarcal que nas relações de produção capitalista foi se expandindo as desigualdades entre os mesmos. Assim como é proposto por Haug (2006, p. 321).

[...] pensar os diferentes modos de produção na história, moldados por relações de gênero, isto é, em termos de como a produção da vida é regulada na totalidade das relações de produção, e como sua relação com a produção dos meios de vida é organizada. Isso inclui a construção dos gêneros-feminilidade/masculinidade, e as perguntas referidas à divisão do trabalho e à dominação [...] (HAUG, 2006, p. 321).

Subentende-se que todas as práticas da sociedade também estão determinadas por relações de gênero desenvolvidas com a divisão social e sexual do trabalho, segundo as quais o homem (marido) passou a ser o dominante, o proprietário de terra (dono/senhor) e a mulher (esposa) não-proprietária, (escravizada/do lar), tornando-se isso a base para desigualdade entre os sexos e para opressão sobre o sexo feminino, sendo colocadas também em chave de dominação e que, por tanto devemos levar em consideração e incluía-las na análise para a compreensão da sociedade. Bourdieu (2012, p. 41-42) destaca:

[...] Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural a identidade minoritária que lhes é socialmente designada: é a elas que cabe a tarefa longa, ingrata e minuciosa de catar, no chão mesmo, as azeitonas ou achos de madeira, que os homens, armados com a vara ou com o machado, deitaram por terra; são elas que, encarregadas das preocupações quotidianas da economia doméstica [...] (BOURDIEU, 2012, p. 41-42).

Assim, os sexos servem para reproduzir o conjunto das relações sociais, que foram construídas socialmente em relação de gênero como homem (dominante) e mulher (dominada), sobre a base da procriação dentro do modelo patriarcal familiar (a qual a mulher é submissa e dominada pelo homem, vista apenas como procriadora e para servi-lo). A partir disso os sexos e os papéis de gênero saem dos processos sociais como não iguais, e sua não “*igualdade*” se converte no fundamento ou base de futuras formações, e determina as relações de dominação.

[...] Desta maneira, as relações de gênero se convertem em relações reguladoras fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são absolutamente centrais para perguntas referidas à divisão trabalhista, dominação, exploração, ideologia, política, lei, religião, moral, sexualidade, corpos, sentidos, linguagem etc., (HAUG, 2006, p. 314).

Tendo em vista também que trataremos de um programa de política social, faz-se necessário um breve regaste histórico de como se propiciou a criação dos programas sociais dentro do sistema capitalista e da política ofensiva neoliberal⁶, e como estes vêm “*assistencializar*” a classe pobre, que, primordialmente, foi oprimida nas relações de produção capitalista. Conforme ensina o marxismo-leninismo, a natureza e a sociedade não devem ser encaradas como aglomeração de fenômenos isolados, desconexos, partindo do princípio dialético da crítica marxiana da economia política, que não existe relação de produção no capitalismo sem conflitos e perturbações entre as classes: burgueses (ricos) e proletariados/as (pobres) sob a lei econômica da mais valia, ou seja, a exploração do trabalho humano pelo próprio ser humano como afirma Nikitin (1967, p. 10):

O fato de que a propriedade privada dos meios de produção é a base das relações de produção no capitalismo permite que os capitalistas explorem a classe trabalhadora e subordinem o desenvolvimento da produção à sua meta de enriquecimento e à sua evidência de lucro. Por esse motivo a produção de mais-valia é uma lei econômica objetiva do capitalismo (NIKITIN, 1967, p. 10).

1 BREVE RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

A história da política social no Brasil está relacionada à situação econômica, política e social do país que se desenvolveu com as reivindicações da classe operária. Esta lutou primeiramente se deu por melhores condições de trabalho, pois dentro do

⁶ Desde o fim do século XX, também conhecido como novo liberalismo, o neoliberalismo tem relação com o velho liberalismo nascido e formulado primeiramente no século XVIII, e depois reformulado durante o século XIX.

sistema explorador, havia uma alarmante precarização nas condições de trabalho do proletariado que se alastrou ainda mais com o início da Revolução Industrial no século XVIII na Inglaterra, chegando ao Brasil na década de 30.

No caso brasileiro, esse processo de reação da classe trabalhadora culminou na Constituição Federal de 1934, e tardiamente na Constituição Federal de 1988⁷, que trouxe o reconhecimento dos direitos sociais e possibilitou a criação de políticas sociais, no contexto da globalização, para atender a reivindicações da massa trabalhadora que exigiam seus direitos humanos e sociais, pois as indústrias (fábricas) haviam revolucionado a sociedade com máquinas, modelando-se ao perfil capitalista, ou seja, as pessoas sendo obrigadas a venderem sua força de trabalho em condições mínimas e precárias para os burgueses. Os trabalhadores tiveram que se submeter a essa nova ordem social econômica, a lei da exploração do trabalho humano.

Com esse novo sistema (capitalista), os pequenos camponeses foram expulsos de suas terras e uma massa de trabalhadores sem ter para onde ir, refugiava-se nos centros urbanos em busca de trabalho. Assim, nasceu e se estabeleceu o capitalismo, não deixando escolha para a classe pobre que não fosse aceitar essas condições de exploração de jornada exaustiva de trabalho em troca da sua própria sobrevivência. Não foi pela boa vontade dos governantes ou pela piedade da classe dominante que foi possível a implantação das políticas sociais em nosso país, foi pelas lutas e resistência dos(as) trabalhadores(as) às tais condições miseráveis que viviam, que propiciou o reconhecimento dos direitos humanos e dos direitos sociais que ainda hoje são negligenciados pela classe dominante e pelo sistema capitalista.

Com isso, o estado assumiu o papel de “*provedor de benefício*” com o intuito de “*mascarar*” a desigualdade social e a exploração a que os trabalhadoras são expostos nesse sistema esmagador, que os impede de ter melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que aumenta seu capital com arrecadações de impostos, porém as dívidas públicas também aumentam absurdamente e isso faz com que a grande parte dos orçamentos públicos seja destinada a pagamentos de juros, o que só beneficia os banqueiros capitalistas e prejudica a maioria da população operária pobre que é obrigada a pagar as dívidas públicas internas e externas produzidas pela gestão corrupta

⁷ Promulgada em 05 de outubro de 1988, é atual lei suprema da República Federativa do Brasil. BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em março de 2015.

do estado burguês e seus governantes, que não fiscalizam e não controlam, não punem os políticos corruptos e não distribuem justamente as receitas e recursos arrecadados no país.

Com a má distribuição de renda e o assalto aos cofres públicos brasileiros pelos políticos corruptos, a qualidade de vida da grande população pobre fica prejudicada e submetida à miséria, sendo obrigada a aceitar a única ajuda de programas sociais vindas do governo, como o “*Programa Bolsa Família*” que garante uma renda “mínima” com a transferência direta para uma parte da população pobre, contudo não a livra da situação precária a que está submetida, não lhe confere direitos básicos de terem uma vida digna, já que o estado burguês na realidade não está interessado em garantir seus direitos humanos, apenas segue iludindo e alienando a classe pobre operária com a política assistencialista dos programas sociais, enquanto enriquece à custa do sistema explorador capitalista, como nos afirma Nikitin (1967, p. 71):

O Estado burguês salvaguarda a desigualdade sócio-econômica e política existente no capitalismo. Protege a propriedade privada capitalista dos meios de produção, serve de instrumento na exploração da classe operária e refreia a luta contra o sistema capitalista [...]. A função principal do Estado explorador é reprimir a maioria explorada e conservá-la subserviente às classes dominantes [...]. A finalidade do Estado explorador é manter e fortalecer o sistema de exploração do trabalho assalariado pelo capital (NIKITIN, 1967, p. 71).

O Estado burguês tem esse papel de “*camuflar*” os maus feitos capitalistas, por isso cria mecanismo compensatórios para alienar a classe pobre como “*Programas Sociais*” provenientes de políticas públicas, todavia, esses programas não apagam os desastres socioeconômicos que esse sistema produz, mesmo assim insistem, alienando o povo, até os ditos “*intelectuais de esquerda*”, persistem em acreditar que é possível melhorar o sistema capitalista até que estes se tornem igualitários para todos, o que é uma ilusão, já que a sociedade dentro desse sistema permanece dividida em classes inimigas: exploradores (burgueses) e explorados (operários). É preciso abolir esse sistema para que de fato a sociedade caminhe para a liberdade e igualdade para todos.

Mesmo se referindo a igualdade formal (da lei), ainda sim é incoerente. E uma das provas mais eloquentes de sua incoerência é a desigualdade entre o homem e a mulher. Nenhum Estado burguês, por mais progressista, republicano e democrático que seja, concedeu completamente a igualdade de direitos ao homem e à mulher (TOLEDO 2014, p. 38).

Por isso esses discursos não passam de mentira ignóbil. Não há como ter liberdade e igualdade enquanto existir opressores e oprimidos(as), exploradores e explorados(as), enquanto a mulher não for libertada dos privilégios que a lei reconhece ao homem, enquanto o operário não for libertado do jugo do capital. Abaixo essa mentira! Abaixo os mentirosos que falam de liberdade e de igualdade para todxs, quando existe um sexo oprimido e classes de opressores, quando existe a propriedade privada do capital (TOLEDO, 2014, p. 131).

É diante disso que percebemos as contradições existentes entre o Estado e o seu papel na sociedade. O seu principal *dever* seria promover a equidade entre as pessoas, rompendo com as divisões socioeconômicas, desmistificando os preconceitos e promovendo os direitos sociais entre as classes, raças/cores, etnias e gêneros. A necessidade de todxs (não somente de uma das partes) era para prevalecer, separado dos interesses, crenças e ambições individuais, ou seja, os indivíduos representantes (governantes/políticos) do Estado deveriam governar para todxs.

No entanto, na realidade não é isso que ocorre de fato, pois os interesses da classe dominante são os que prevalecem enquanto os demais são submetidos às suas “*ordens*” econômicas e sociais, sujeitos a ocupar lugares subalternos e isso se reflete no papel político do Estado burguês em manter as divisões sociais (classe, raça/cor, gênero), principalmente a divisão do trabalho e a exploração do mesmo, enquanto a minoria não produz, apenas se apropria das riquezas produzidas pela maioria dos trabalhadores “*alugados*” (exploradxs), por terem em suas mãos a propriedade privada e meios de produção, que segundo Marx “os interesses das classes já estão condicionadas pela divisão do trabalho, que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina a restante” (MARX & ENGELS, 1845, p. 39).

Conclui-se, que o papel do estado burguês, portanto, é alienar a classe explorada (trabalhadora) e conservá-la sobre domínio da classe dominante (exploradores) para a salvaguarda do sistema capitalista de exploração do trabalho assalariado pelo capital.

1. 1 Trajetória histórica dos Direitos Humanos e a luta de classe contra o Estado burguês

Os direitos humanos são condições mínimas necessárias para uma vida digna, são também um produto histórico da ação humana⁸, e sempre novos direitos surgirão à medida que a dignidade humana for ignorada e negligenciada pela classe dominante.

Alguns direitos nascem com o ser humano, e fazem parte da sua própria vida, esses são constituídos de necessidades individuais e ontológicas, como ter comida, água, roupa, casa etc., diferente de outros direitos que vamos adquirindo ao longo do tempo, como, por exemplo, os direitos sociais, pois estes consistem em sociedade, por isso não podem ser direito se não for em sociedade. Os direitos sociais são conquistas dos movimentos sociais ao longo da história.

O reconhecimento e a proteção desses direitos são fundamentais para os seres humanos, pois tem por finalidade melhores condições de vida como também a concretização de igualdade social, isto é de observância obrigatória para um estado social e são consagrados como fundamentos do Estado democrático (MORAES, 2002, p. 202). A efetivação desses direitos ocorreu e ainda ocorre de forma árdua através de duras lutas e resistência dos movimentos sociais, submetidas a avanços e retrocessos, por conta da política conservadora de parlamentares do estado burguês e o sistema capitalista, que implanta suas ideologias que alienam as pessoas para que não haja enfrentamento e conseqüentemente não prejudiquem os seus interesses econômicos e políticos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, com o mundo destruído pelo capitalismo, pelo abuso político de seus governantes, as lutas dos movimentos sociais se intensificaram em busca da democracia. Os países se uniram na Organização das Nações Unidas (ONU) e, em 1948, assinaram o documento mais importante da organização: a *Declaração (ou carta) Universal dos Direitos Humanos*.⁹ Porém, o reconhecimento dos direitos contidos nessa declaração não aconteceu pela boa vontade dos seus signatários e sim pela reivindicação e resistência das populações ao longo da história.

⁸ Os direitos humanos foram sendo criados e estendendo progressivamente com o passar do tempo, a todos os povos da Terra, através das instituições jurídicas de defesa da dignidade humana contra a violência, o aviltamento, a exploração e a miséria. (COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. 7. ed., ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.)

⁹ Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A III da Assembleia Geral das Nações Unidas em em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil na mesma data. As principais considerações contidas nestas são: O reconhecimento da dignidade, o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, o respeito aos direitos humanos e comprometimento do Estado-membros para promovê-los. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acessado em março de 2015.

Hoje, é fundamental conhecer a história dos direitos humanos para perceber que mesmo com as leis implantadas em nossa Constituição nem todas as pessoas conseguem ter acesso aos mesmos direitos, ainda presenciamos desrespeito e negligência aos mesmos, também por parte do Estado (classe dominante), e nem todas as pessoas são tratadas perante a lei com direitos iguais, pois, nos dias atuais, ainda prevalece à lei do “*maior*”, da classe dominante (rica) dentro do sistema capitalista.

A opressão e a negação dos direitos humanos começou na própria linguagem/gramática. Conceitos binários antitéticos (desigual) e assimétricos (hierárquico) foram construídos ao longo do tempo a partir desse conceito histórico de dominação política (KOSELLECK, 2006). Um exemplo histórico de desigualdade de gênero está em nossa própria gramática, “*masculinizada*”, através de textos usados no plural originalmente terminado em “os”, para saudar um grupo de pessoas que integram homens e mulheres, como conceitos universais da gramática. Ou ao se referir aos seres humanos em geral, apenas citando a palavra “*homem*”, invisibilizando assim a própria humanidade das mulheres.

Foi por intermédio de resistência e de lutas dos movimentos sociais que foi possível introduzir, alguns conceitos fundamentais sobre os direitos humanos que Soares (2004) chama de Gerações (ou Dimensões) que os direitos humanos são classificados:

1) Geração da Liberdade; conhecido como direitos civis. Que protege o indivíduo. O contexto histórico dessa dimensão se dá com a Revolução Francesa, a queda da Bastilha, (1789) quando pessoas eram presas se tivessem ideias contrárias as do Rei. Com isso surge o documento da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, aprovado pelo parlamento Francês que se espalha pelo mundo.

2) Geração dos Direitos Sociais; cuida da proteção de grupo de pessoas (trabalhadores, aposentados etc.). Esse contexto histórico foi influenciado pela Revolução Industrial, pois nesse período havia um excesso de abuso do Estado liberal, que não se importava com as condições básicas de vida dos seres humanos principalmente a classe trabalhadora, que era explorada pelos burgueses absurdamente, sendo obrigados a trabalharem sob péssimas condições de trabalho e jornadas exaustivas, às vezes chegando a 16 horas diárias, e por conta disso propiciou a criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1919, para frear os abusos capitalistas na época.

3) Geração dos Direitos Coletivos. Protege um número indeterminado de pessoas. Nesse período, estavam acontecendo guerras mundiais e as populações civis estavam sendo mortas em campos nazistas por causa da sua cor, etnia, religião e orientação sexual.

Através do exposto, percebemos que a história dos direitos humanos se confunde com a própria história da humanidade em busca de democracia e liberdade. As lutas e conflitos contra a classe dominante fazem parte do contexto social da maioria da população do mundo.

No Brasil, observa-se um longo caminho de lutas e resistência ao se tratar de direitos humanos. Na Constituição de 1824¹⁰, na qual, a palavra *negro, mulher e índio* não são citadas ao longo do texto, o que persistiu nas constituições seguintes, evidenciando que a lei apenas atendia/atende os interesses da classe dominante, enquanto os demais são excluídos, discriminados, ignorados. Só na Constituição de 1934¹¹, após um século de lutas e resistência, foi possível introduzir a ideia de que todos os brasileiros, perante a lei, tinham direitos iguais, independentemente da sua raça/cor, etnia, e gênero, porém, isso só foi reconhecido na Constituição de 1988, no entanto “a igualdade perante a lei ainda não é a igualdade de fato” (TOLEDO, 2014, p.21).

Sabemos que, na prática, as leis jurídicas, ainda hoje estão estruturadas a partir dos interesses políticos e econômicos do burguês-capitalista, que, na verdade, só atendem as reivindicações para conter sob domínio os movimentos sociais, para que não provoquem possíveis revoluções e acabem com o estado burguês e sua ideologia de dominação e exploração. Uma prova disso, é que no Brasil, o tema dos direitos humanos não estava incluído, como tal, na agenda de debates antes do golpe militar de 1964. Esse contexto histórico combina violação dos direitos econômicos, sociais e políticos de forma intensa como o país nunca havia conhecido.

¹⁰ Foi à primeira Constituição brasileira, carta constitucional encomendada ainda pelo imperador Dom Pedro I, promulgada em 25 de março de 1824. BRASIL, Constituição (1824).Constituição da República Federativa do Brasil 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acessado em março de 2015.

¹¹ É a terceira carta magna a vigorar no Brasil, e a segunda do regime republicano promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte. Ela foi inovadora, porém foi a que menos durou em toda a História Brasileira: durante apenas três anos, mas vigorou oficialmente apenas um ano (suspensa pela Lei de Segurança Nacional) em 1937, uma constituição já pronta foi outorgada por Getúlio Vargas, transformando o presidente em ditador e o estado "revolucionário" em autoritário. BRASIL, Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acessado em março de 2015.

No período de ditadura militar, milhares de pessoas foram perseguidas, torturadas, coagidas, mortas por serem contra a classe dominante e o sistema opressor. Foi com a luta e a resistência dos movimentos sociais, em busca por direitos sociais, civis e políticos contra governos ditadores e capitalistas, que esses crimes foram tardiamente reconhecidos. No dia 10 de dezembro de 2014, foi publicado o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹², no qual constam os diversos crimes e violações dos direitos humanos que foram cometidos pela classe dominante e seus agentes (civis e militares) do estado burguês no período entre 1964 e 1988.

Antes de chegar ao golpe militar, o período que foi do século XIX, até os anos 1930, foi marcado pelo estado liberal, que era sustentado pela concepção do trabalho como mercadoria e a regulação do mercado livre. O estado liberal é caracterizado pelo indivíduo que busca seu próprio interesse econômico, proporcionando o bem-estar coletivo, predomina a liberdade e competitividade, naturaliza a miséria (PIANA, 2009, p. 25). Os liberais viam a miséria como algo natural, ligada à falta da capacidade humana de desenvolver-se e não pelo acesso desigual às riquezas produzidas na sociedade.

Esse princípio foi assumido pelo estado burguês (capitalista), que mascarou a situação da desigualdade social, atendendo algumas reivindicações da sociedade civil para os alienarem, e não conseguissem prejudicar os fundamentos do sistema capitalista. Foi mediante a isso que nasceu o “*Estado Social*” no início do século XX, pressionado por mudanças a partir das lutas da classe trabalhadora. Porém, é o estado neoliberal que atua com uma “*cara*” disfarçada de “*social*”, mas ainda com o mesmo princípio liberalista.

Diante disso, foi que o estado burguês conseguiu ampliar suas concepções manipuladoras na economia e no meio social, escondendo a exploração da produção capitalista e se “*responsabilizando*” com a formulação de políticas sociais para “*controlar*” as desigualdades geradas pelo sistema de exploração, com intuito de calar os movimentos sociais da classe trabalhadora. É importante salientar que, dentro do

¹² Dividido em três volumes, o relatório é o resultado de dois anos e sete meses de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei 12528/2011. Instalada em maio de 2012, a CNV foi criada para apurar e esclarecer, indicando as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1964 e 1988. São graves violações de direitos humanos: as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, as violências sexuais, as execuções e as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados. Praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acessado em março de 2015.

sistema capitalista, não é possível atingir a equidade entre as classes, pois o sistema impossibilita que haja uma cooperação em prol do bem-estar coletivo da sociedade, uma vez que os interesses econômicos da classe dominante (burguesa) estão acima de todos e de tudo, e isso se reflete na política ofensiva existente em nosso país.

Essas transformações ou reformas – política, econômica e social – de cunho liberal começaram primeiramente nas potências capitalistas, nos países chamados desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, e depois se alastraram pelo mundo, chegando também ao Brasil. Grande parte dos países subdesenvolvidos aderiram essas ideias políticas capitalista constrangidos pelas suas dívidas externas, (FIORI, 1997, p. 211).

2. CONTRADIÇÕES E PECULIARIDADES DO BOLSA FAMÍLIA EM MARACANAÚ

Considerando que o objeto de estudo deve ser contextualizado no espaço e no tempo, o que lhe confere sentido e significado, esta pesquisa se desenvolveu no município de Maracanaú, criado em 1983, pela Lei nº 10.811, estando o seu nome relacionado com os primeiros povos e grupos étnicos que ali se estabeleceram. Assim, “Maracanaú”, em língua tupi, significa lugar onde bebem as maracanãs, em alusão à lagoa de mesmo nome, em cujas imediações esses pássaros vinham se abrigar e onde teve início o povoamento da região.

A escolha do município para a pesquisa se deu por dados empíricos de maior distrito industrial do Ceará, segundo o censo do IBGE, o município possui o 2º maior PIB¹³ do Estado. Possui indústrias nacionais e multinacionais no seu território, com o contingente de operárias e operários residentes e não residentes do município que trabalham nessas industriais.

As áreas de atuação das indústrias são diversas: preparação de britamento e outros trabalhos em pedras (não associados à extração); produtos de laticínio (exceto leite); artefatos têxteis de tecidos (exceto vestuário) artigos para cama e mesa e colchoaria; biscoitos e bolachas; calçados de couro, plástico, tecidos, fibras, madeira ou

¹³ É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários. Ver mais sobre conceito: MANKIWI, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

borracha; fungicidas; herbicidas; defensivos agrícolas; massas alimentícias; material elétrico para veículos (exceto baterias) e medicamentos.

A agricultura é também uma fonte de renda do município, com plantações de algodão herbáceo sequeiro e plantas aromáticas e medicinais. Maracanaú possui também a segunda maior arrecadação de ICMS¹⁴ do Ceará. A economia da cidade também é impulsionada pelo comércio: North Shopping Maracanaú e o Shopping Feira Center. De acordo com a SEFAZ, em 2013, havia 4.764 estabelecimentos comerciais e 1.509 empresas industriais ativas no município. E a previsão é que cada vez mais a economia cresça com o passar dos anos.

Apesar desse cenário econômico aparentemente próspero, o município possui bairros periféricos, onde famílias trabalhadoras vivem em situações sociais precárias, as quais colocam em risco suas condições básicas para viver. Segundo dados do IPECE, o município possui médio IDHM¹⁵, ocupando a 6ª posição no ranking estadual, como veremos a seguir. Os municípios com os maiores IDH-M em 2010 foram Fortaleza, Sobral, Crato, Eusébio e Juazeiro do Norte. Foram com bases nesses dados empíricos e pelas experiências subjetivas como residente do bairro Timbó, do município de Maracanaú, que suscitaram meu interesse de investigação nesse local.

Segundo dados do IBGE (2010), havia 209.057 residentes no município destes 207.623 (99,31%) residiam-se na zona urbana e 1.434 (0,69) na zona rural e 102.078, sendo (48,83%) do sexo masculino e 106.979 (51,17%) do sexo feminino, conforme tabela abaixo da população recenseada, por sexo, segundo os grupos de idade.

¹⁴ É um imposto que integra a sua própria base de cálculo (imposto calculado por dentro), ou seja, no preço de compra ou de venda do bem ou do serviço já está embutido o valor do ICMS destacado; assim, a sua alíquota efetiva é superior à alíquota nominal. (Imposto Calculado por Dentro, Silvério das Neves, disponível em <http://www.silnev.com.br/ICMSCALCULOPODENTRO.pdf> Acessado em março de 2015.

¹⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. É elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJPF) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano classificado como muito baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,599 são considerados de baixo desenvolvimento humano; os municípios com IDH-M variando de 0,600 a 0,699 são qualificados como possuindo médio desenvolvimento humano; os municípios com índices entre 0,700 e 0,999 são classificados como tendo alto desenvolvimento humano; e os municípios com IDH-M maior que 0,800 têm desenvolvimento humano qualificado como alto. Indicadores de Desenvolvimento IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo3/31.htm>. Acessado novembro de 2015.

Tabela - 1	População recenseada	Homens	Mulheres
Grupo de Idade	Total		
TOTAL GERAL	209.057	102.078	106.979
0 – 4 anos	16.373	8.345	8.028
5 – 9 anos	16.682	8.561	8.121
10 – 14 anos	20.652	10.665	9.987
15 – 19 anos	21.177	10.575	10.602
20 – 24 anos	22.317	10.947	11.370
25 – 29 anos	20.677	10.201	10.476
30 – 34 anos	17.389	8.517	8.872
35 – 39 anos	15.126	7.173	7.953
40 – 44 anos	14.115	6.650	7.465
45 – 49 anos	12.207	5.774	6.433
50 – 59 anos	16.382	7.723	8.659
60 – 69 anos	9.105	4.131	4.974
70 anos ou mais	6.855	2.816	4.039

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), perfil básico Municipal 2013.

Constata-se que a maior parte da população do município é do sexo feminino, sendo que, nas idades entre 45 a 70 anos (ou mais), registra-se um número significativamente maior que os dos homens, chegando a totalizar em algumas faixas etárias 2.000 mulheres a mais que os homens. Esse excedente de mulheres se dá em todo o país. Depois da Rússia, o Brasil é, entre as grandes nações, o país mais feminino do mundo, sendo que o excesso está concentrado nas áreas urbanas e é crescente com o avanço da idade, (ALVES e CAVENAGHI, 2012, p. 81). A Síntese de Indicadores Sociais 2002, lançada pelo IBGE, confirma que na desigualdade por gênero, as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas também se aposentam em menor proporção que os homens e há mais mulheres idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão¹⁶.

Isso poderá significar que a mulher, por estar em maior quantidade, também estará correndo mais riscos quanto à vulnerabilidade social¹⁷, sendo um dos fatores que contribuem decisivamente para isso a desigualdade de gênero existente na sociedade, fruto histórico que é do sistema patriarcal (no qual o homem é o agente fundamental que exerce a autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais), além do próprio sistema capitalista, o que deixou as mulheres mais propensas à exploração e

¹⁶ A Síntese de Indicadores Sociais 2002, lançada pelo IBGE, confirma que o traço mais marcante da sociedade brasileira é a desigualdade.

Relatório em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>

¹⁷ Determinado processos sociais que implicam a um evento potencialmente adverso uma capacidade de resposta e uma inadequada adaptação das pessoas para uma nova situação, por exemplo, a perda de emprego pode acarretar para uma pessoa ou família em uma perda de status ou a vivência carência desde a alimentar até a cultural. (MELO, Hildete Pereira de. Gênero e Pobreza no Brasil. CEPAL-SPM: Brasília, 2005).

discriminação, precisando de assistência vinda de programas sociais como o PBF, já que essa transferência tem como principais agentes as mulheres, mães ou filhas (os), pobres, independente do seu estado civil, que não tenham renda econômica suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentar a si e à sua família.

Atualmente 93% dos titulares do cartão do PBF são mulheres, 73% se autodeclararam pretas ou pardas, segundo dados do IPEA. Isso significa que além do fato agravante da desigualdade de gênero, temos a desigualdade racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro. Nesse sentido, percebemos que existem fatores de gênero que incidem como maior ou menor peso na vida das mulheres e homens, mas que para as mulheres esse fardo é mais pesado, pois elas reúnem duas fragilidades: ser mulher e ser pobre, (MELO, 2005 p. 5).

A desigualdade de gênero é um dos maiores problemas enfrentados pela mulher nessa sociedade fundamentada no patriarcalismo que regulariza a relação de gênero como homem e mulher voltados apenas para procriação, deixando de lado outros aspectos importantes para a vida social da mulher como educação, trabalho, saúde, lazer etc. Cecília Toledo (2014, p. 13) fala da ideologia machista construída desde 1865 até meados da década de 1880, segundo o qual “*lugar da mulher é no lar*”, que foi impulsionada por intelectuais da época, filósofos, pesquisadores influentes nos meios políticos e operários de toda a Europa, cujas ideias defendidas eram bem semelhantes às dos pais da Igreja, isto é, os teólogos que construíram a teologia do catolicismo na Idade Média (TOLEDO, 2014, p. 13).

A partir dessa concepção que o “*lugar da mulher é no lar*”, ou seja, a ideia que as mulheres que trabalhavam fora de casa estariam ocupando o lugar por natureza dos homens, cresceu ainda mais o preconceito contra as mulheres trabalhadoras a tal ponto que apartou o movimento operário socialista.

Em consequência dessas ideias machistas, a opressão ainda é vivida nos dias de hoje pela mulher diariamente, em casa, na rua, na escola ou no trabalho, nos quais seus direitos ainda estão comprometidos além do sistema capitalista que as exploram, também por essas ideologias conservadoras de cunho patriarcal ou a dominação masculina (BOURDIEU, 2012), que durante séculos oprimiu e discriminou as mulheres e hoje as mesmas sofrem a opressão do sistema explorador capitalista e das ideologias machistas que constantemente lhe dizem como devem pensar agir e como devem vestir-se e comportar-se em nossa sociedade.

Nesse contexto amplo, o PBF aparece como uma reforma política do sistema capitalista, com assistência de programas sociais, sendo a junção dos programas remanescentes de transferência direta de renda como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás estes introduzidos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que permaneceu no poder por dois mandatos.

O contexto social para implementação de tais “*Programas de Transferência de Renda*” se deu por um conjunto de medida de cunho neoliberal, ainda adotados no final da década 1980, como o governo de Fernando Collor (1990 a 1992)¹⁸, seguido do de Itamar Franco (1992–1994)¹⁹ pressionados com a globalização e a nova ordem mundial econômica capitalista, direcionaram tais programas para esconder os problemas consequentes da expansão do sistema explorador, que de um lado enriquecia a classe dominante e, de outro, aumentava a fome e a miséria, que se expandiam entre a classe empobrecida dxs trabalhadorxs.

Tais programas sociais apenas serviam para tentar “*melhorar*” o desastre de desigualdade social provocado pelo capitalismo, como forma compensatória de esconder os feitos liberalistas, que na verdade reformava o Estado com suas ideologias liberais, visando o interesse político e econômico da classe dominante, algo que permanece até os dias atuais.

Em 2003, assumiu a Presidência da República Luíz Inácio Lula da Silva, e no ano seguinte o PBF foi implantado pela lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. Porém, foi no ano de 2011 que o programa se expandiu com a sucessora de Lula, a presidenta Dilma Rousseff, e em 2 de julho de 2011 o governo lança, por meio do Decreto 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que conta com a ajuda de mais 22 ministérios, com o intuito de superar a extrema pobreza no país.

Com o PBSM, os cálculos dos benefícios do programa são modificados para as famílias mais pobres, e segundo dados do programa todas as famílias beneficiadas superam o patamar da extrema pobreza (é considerada extrema pobreza família com

¹⁸ Eleito presidente da República, de 1992 a 1994. Em 1992, Fernando Collor de Mello é acusado de corrupção e sofre um processo de impeachment pelo Congresso Nacional, se afastando do governo.

¹⁹ Assumiu interinamente a presidência em 2 de outubro de 1992, sendo formalmente aclamado em 29 de dezembro de 1992, quando o presidente Collor renuncia ao cargo.

renda mensal inferior a R\$77,00 por pessoa, de acordo com PBF). Quem pode receber o Bolsa Família, são famílias com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa mesmo que não tenham crianças e adolescentes e R\$ 154,00 por pessoa, desde que tenham gestantes crianças ou adolescentes. Para receber o benefício, a família deve estar cadastrada no Cadastro Único. O valor da renda por pessoa é o somatório da renda familiar dividido pelo número de familiares.

O responsável pelo Cadastro Único é o município. No cadastro há dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre as brasileiras e os brasileiros com renda familiar até meio salário mínimo por pessoa, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as suas características e dos seus domicílios. De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos do PBF, o município de Maracanaú tem 42.346 famílias cadastradas, porém destas apenas 19.425 famílias são beneficiárias, com transferência de R\$ 2.818.575,00 no mês de Agosto/2014. De acordo com dados do governo, atualmente, o PBF “custa” ao país apenas 0,5 % do seu PIB²⁰.

2. 1 Bolsa família e as suas condicionalidades:

O PBF é baseado na Transferência Condicional de Renda (Conditional Cash Transfer, CCT), ou seja, a transferência está condicionada ao cumprimento de determinada exigências na saúde e na educação, e pretende também proporcionar oportunidades de formação e capacitação profissional aos beneficiários, (FORSBERG 2011, p. 22). As condicionalidades são:

- Saúde: as famílias comprometem-se a manter em dia a vacinação dos filhos, e a fazer visitas periódicas a serviços de saúde, tratando-se de

²⁰ Atualmente o PIB do país alcança aproximadamente 1,408 trilhões de reais mensal. De acordo com a Secretária de avaliação e gestão da informação (SAGI), através do Boletim Brasil Sem Miséria no Seu Município, é possível encontrar dados do Cadastro Único de cada município como também pesquisas e estudos. SAGI é a unidade técnico-administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). O MDS é responsável pelas ações de gestão da informação e monitoramento, avaliação e capacitação/formação das políticas e programas do Ministério. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sagi>

crianças de até 7 anos de idade. Mulheres grávidas, com idade entre 14 e 44 anos, deverão fazer o pré-natal e o pós-natal periodicamente.

- Educação: crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 anos a 15 anos, deverão estar matriculados e apresentar uma frequência escolar de, no mínimo, 85%. Estudantes entre 16 e 17 anos deverão ter frequência escolar mínima de 75%. E crianças e adolescente de até 16 anos, em situação de trabalho infantil, deverão ter uma frequência mínima de 85% aos serviços pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Percebemos uma série de deveres que as famílias têm que assumir, uma vez que passam a ser beneficiárias do programa, porém o desempenho maior de responsabilidades tinha que partir do estado e municípios e não das famílias pobres. Como pode exigir uma série de condições necessárias para atender aos critérios estabelecidos para permanecer no programa se o próprio setor público não oferece condições mínimas necessárias na saúde e educação para a população pobre?

Na área da saúde, há filas enormes para conseguir uma consulta, mesmo quando há médico especializado na área em atendimento. Citando o caso do município de Maracanaú, a carência nos postos de saúde é preocupante, com o número limitado de atendimento de 10 fichas apenas para consulta e no plantão emergencial de 30 fichas, (essa quantidade pode variar de acordo com as condições de serviços do posto de saúde de cada bairro). Para garantir uma vaga, com as tais fichas que são distribuídas a partir das 7h30 da manhã, as pessoas têm que se deslocar de suas casas de madrugada para os postos. Na maioria dos casos, as pessoas voltam pra casa sem atendimento, pois a demanda ultrapassa o número de vagas disponibilizadas. O mesmo ocorre se há necessidade de fazer exames. Havendo ainda um cadastro de reserva para, caso apareça vaga, no único hospital público do município (ou em hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde, SUS).

Ainda para a realização dos exames, e em muitos casos dependendo do exame, a espera demora mais de 30 dias, além da lotação nos leitos hospitalares, e o quadro insuficiente de médicos especialistas para atender a demanda do município. Abaixo, o quadro da situação do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Maracanaú:

Tabela 2 - Unidades de saúde ligadas ao SUS - 2013

Tipo de Prestador	Quantidade	%
Total	62	100
Pública	52	83,87
Privada	10	16,13

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Tabela 3 - Profissionais de saúde ligados ao SUS - 2013	
Discriminação	Maracanaú
Total	1.886
Médicos	402
Dentista	74
Enfermeiros	213
Outros profissionais da saúde/nível superior	209
Agentes comunitários de saúde	302
Outros profissionais da saúde/nível médio	686

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA)

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

Tabela 4 - Profissionais de saúde ligados ao SUS por habitantes - 2013	
Discriminação	Maracanaú
Médicos/1.000 hab.	1,84
Dentista/1.000 hab.	0,34
Leitos/1.000 hab.	1,27
Unidades de Saúde/1.000 hab.	0,28

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Como mostram as tabelas 2, 3 e 4, a realidade da saúde pública do município de Maracanaú não nos causa surpresa, já que isso é o reflexo do descaso com a saúde pública no país como um todo, com a desigualdade social existente e com a política corrupta de representantes do estado burguês que não distribui justamente as dotações orçamentárias à maioria da população pobre, que não consegue ter uma saúde digna, algo que prejudica muito a qualidade de vida desta população. Mediante isso, como considerar as condicionalidades do PBF, sob a péssima situação do setor público da saúde do próprio município de Maracanaú e do Estado do Ceará? O PBF sendo, um programa que pretende superar a extrema pobreza e suas diversas ramificações²¹, mas será que está conseguindo suprir todas as necessidades enfrentadas pela classe pobre que não só passa fome alimentar, como passa fome na saúde, na educação e em diversas áreas sociais?

²¹ A Comissão Econômica para a América e o Caribe (CEPAL), entende a pobreza como um fenômeno multidimensional, que associa subconsumo, desnutrição, condições precárias de vida, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho e pouca participação política e social. (MELO, Hildete Pereira de. Gênero e Pobreza no Brasil. CEPAL-SPM: Brasília, 2005).

Será mesmo que esse programa é suficiente? Essa será a solução para o enfrentamento da pobreza causada pelo sistema capitalista explorador, que beneficia a classe dominante e o estado burguês enquanto prejudica a maioria da população que sofre com a miséria que lhes é conferida por diversos setores do país?

Enquanto muitos seguem acreditando e até mesmo agradecendo aos partidos políticos pelos programas sociais concedidos, o estado burguês segue alienando o povo, mantendo a classe operária sobre domínio. Para se manter no poder cria esses mecanismos para esconder da classe pobre os problemas gerados por esse sistema, enquanto a classe dominante (burguesa) come e dorme bem, possuem suas casas e carros luxuosos, e acham “*justo*” possuírem tudo isso e outros não, pois acreditam que conquistaram por seus méritos, enquanto os demais não têm capacidade humana suficiente para conseguirem as mesmas coisas e então precisam se conter com a exploração capitalista, com um pouco que o estado está oferecendo, porque isso é tudo que o trabalhador (classe pobre) precisa para viver.

Afinal, é melhor ter pouco do que não ter nada. Essa é a ideologia de cunho neoliberal que aliena a classe pobre e faz com que se contentem apenas com esses “*programas sociais*”, porque isso é “*tudo*” que o governo pode e consegue lhes oferecer, para amenizar as desigualdades sociais.

É importante ressaltar que, como vimos anteriormente, que as políticas sociais, se deram por intermédio da luta e resistência da classe pobre, que o governo adotou tais “*programas sociais*” de cunho liberalista na política, e se hoje temos esses programas, foi por intermédio das nossas próprias reivindicações, e temos direitos humanos perante a lei constitucional como o amparo assistencial do estado.

Isso não significa que não devemos lutar por melhores condições de vida já que somos “*beneficiados*” por tais programas como o PBF, pois na verdade serviços prestados de programas sociais como estes são direito nosso e não favor do Estado, pelo contrário, é **dever** do Estado garantir uma boa condição de vida para seus cidadãos, como é possível constatar no Art. 6º da Constituição Federal²². Como o sistema capitalista é incapaz de proporcionar a equidade socioeconômica, pois sua lei econômica favorece e se concentra nos interesses da classe rica, então o estado precisa

²² Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

criar mecanismos compensatórios para atender a classe pobre, diante do histórico de exclusão, discriminação, injustiças sociais promovidas pelo sistema explorador da classe dominante.

O PBSM, do qual faz parte o PBF está voltado à rede do Sistema Único Assistencial Social (SUAS) e conta com a atuação integrada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as secretarias de Trabalho, Saúde e Educação. É por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) que os recursos financeiros são disponibilizados para os municípios. De acordo com dados do Ministério no município de Maracanaú, em junho de 2014 tinha em seu território:

- 8 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), nos quais é feito o Cadastro Único, co-financiados pelo MDS.
- 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) co-financiado pelo MDS.
- 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centro POP), co-financiado pelo MDS.
- 25 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua, co-financiadas pelo MDS.

Mesmo com “*O Plano Assistencial*”, a população ainda sofre com a precarização dos serviços públicos do município, como foi demonstrado na área da saúde, com números insuficientes de servidores para a demanda da população, além dos empecilhos como a precarização do trabalho e a falta de remédios nas unidades de saúde. Mesmo com o desenvolvimento econômico e com “*programas sociais*”, a situação da população pobre continua a mesma sob péssima condição de vida e com número insuficiente de serviços públicos para toda população pobre. Abaixo segue tabela do IDHM no município.

Os municípios com os maiores IDHM em 2010 do Estado do Ceará foram Fortaleza, Sobral, Crato, Eusébio e Juazeiro do Norte com IDHM entre 0,700 e 0,799. Por sua vez, os municípios de Salitre, Granja, Potengi, Itatira e Araripe registraram os menores índices. Em relação aos Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), Índice Social de Oferta (IDS-O) e Índice Social de Resultado (IDS-R), os mesmos foram

elaborados pelo IPECE, como resultado de uma das funções de sua missão institucional, gerando informações socioeconômicas sobre o Estado do Ceará.

Tabela 5 - Índices de Desenvolvimento - 2009/2010

Índices	Sigla	Valor	Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal	IDM	57,87	3
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH	0,686	6
Índice de Desenvolvimento Social de oferta	IDS-O	0,486	7
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado	(IDS-R)	0,620	7

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Devido à economia de Maracanaú estar centralizada fundamentalmente no setor industrial e no comércio, o município é o segundo maior em arrecadação de ICMS e também possui o 2º maior PIB do Estado, como mostram as tabelas abaixo das finanças públicas do município:

Tabela 6 - Produto Interno Bruto (PIB)	Município	Estado
Discriminação	Maracanaú	Ceará
PIB a preço de mercado (R\$ Mil)	4.797.824	87.982.450
PIB per capita (R\$ 1,00)	22.710	10.314
PIB por setor (%)		
Agropecuária	0,06	4,70
Indústria	47,21	22,22

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) /Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Dados do ano 2011.

Tabela 7 - Receitas estadual arrecadada

Discriminação	Maracanaú	Ceará	% sobre o Estad
Receita total	577.148.826	9.370.905.688	6,16
Receita tributária	574.548.057	9.308.487.171	6,17
ICMS	562.790.500	8.705.388.724	6,46
Outros	11.757.557	603.098.447	1,95

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Nota: Não foram considerados ajustes e anulações de receitas. Dados do ano de 2013.

Como mostram as tabelas 6 e 7, observamos que o desenvolvimento econômico do município não condiz com a situação social da classe pobre residente nele, mesmo sendo o 2º maior do estado financeiramente, o município ocupa a 6º posição no IDHM, como vimos na tabela 5. Isso evidencia as condições sócias precárias que são proporcionada pelo estado burguês para essa população. A receita pública não chega até essas famílias.

Assim, ao contrário do que disseminam os liberais, não é por falta de capacidade humana que essas pessoas não conseguem se desenvolver economicamente, mas pelo contexto social em que as mesmas estão inseridas, exceto a existência de algumas pessoas que conseguem vencer sua situação econômica, porém isso não é a realidade da maioria das pessoas pobres. Essa não é a ordem dos fatores dentro do sistema esmagador, no qual a classe pobre é tratada desigualmente e as oportunidades são poucas, bem como as chances de consegui-las são mínimas diante da pobreza existente no país.

Como, por exemplo, na educação. Com a divisão da sociedade em classes consequentemente provocou-se a divisão também na educação, em duas modalidades ou em dois níveis educacionais: o público (oferecido pelo Estado “gratuitamente” para a classe pobre) e o privado (oferecido por instituições particulares, com pagamento mensal frequentado pela classe rica), isso diferencia o ensino destinado para a classe rica do oferecido à classe pobre.

Vamos analisar. Uma criança de classe pobre estudou sua vida inteira em uma escola pública, (que, por sua vez, possui inúmeras limitações, não só de estrutura material, mas também pedagógica). Muitas vezes, essa criança foi para aula sem tomar café da manhã, por sua família não ter condição de lhe oferecer uma refeição básica, essa criança pensava em ir para a escola para, ao menos comer, pois naquele local teria no mínimo duas refeições: a merenda e o almoço. Seus pais, que não conseguiram nem completar a 2ª série do ensino fundamental (atualmente 3º ano do ensino fundamental), por terem que trabalhar desde crianças para manter ao menos a sua refeição diária, não conseguiram uma boa qualificação profissional, a qual o mercado competitivo do sistema capitalista exige o que lhes impediu de ter uma situação financeira melhor. Sua mãe vivia do dinheiro das faxinas que fazia na casa de famílias abastadas, seu pai “*se virava*”, como se diz na linguagem popular, como podia, fosse como servente (ajudante do mestre de obras) na construção de casas e prédios para as elites da cidade, moradias bem diferentes da sua.

Do outro lado, existe uma criança de classe rica, que se alimentava bem desde o café da manhã, frequentava o melhor colégio particular da cidade, tinham os melhores professores particulares para lhe dar aulas. Seus pais (capitalistas/burgueses) eram donos de uma grande indústria na cidade. Um dia, essas duas crianças cresceram, as duas já estavam concluindo o ensino médio, então foram prestar vestibular, para ingressar no ensino superior em uma mesma Universidade.

Qual a chance que a criança pobre tem de conseguir alcançar um bom rendimento educacional no exame, dentro do contexto social em que está inserida? Será igual à chance da criança rica? É óbvio que não. Com sua ordem social ou condição social dentro do sistema capitalista, que provocou a divisão da sociedade em classes, rica e pobre, e conseqüentemente a divisão na educação, saúde etc., destinadas para as referidas classes. Assim como argumenta Saviani (2007, p. 159):

A referida separação teve dupla manifestação a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades” para os futuros dirigentes; e a proposta da escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundos as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social (SAVIANI, 2007, p. 159).

Isso quer dizer que o tipo de educação que o filho do pobre é condicionado para não receber a mesma “*educação*” do filho do rico. Por sua condição social, o acesso à educação de qualidade não é o mesmo. Porém, muitos hoje em dia pensam que essa situação de não equidade diminui significativamente depois das “*cotas*” criadas pelo governo. As chances e oportunidades diante da maioria da população pobre continuam as mesmas, mínimas perante as desigualdades sociais existente no país.

O liberalismo sempre defendeu que as condições de partida deveriam ser iguais. Sendo que a partir daí as diferenças e as competências de cada um gerariam inevitavelmente resultados distintos perfeitamente legítimos e necessários para a própria dinâmica da sociedade democrática capitalista. No entanto, os velhos como os novos liberais nunca se preocuparam muito em discutir mais aprofundadamente a questão de como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existiam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos, (FIORI, 1997, p. 203).

Isso significa, que não existe ponto de partida do zero entre as classes, mesmo supondo um ponto de partida do “*zero*” entre as mesmas, nos dias atuais ainda há diferenças e desigualdades sociais que estariam impossibilitando haver equidade entre as classes, pois o modo de produção capitalista já provocou enormes danos e divisões estruturais. Mesmo com a “*intervenção*” do governo com os programas sociais na área da educação, por exemplo, as “*cotas*”²³, estas intervenções não se dão conta de todas as

²³ A Lei de Cotas nº 12.711/2012, prevê que as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio

peças dispostas nesse contexto social de pobreza e de desigualdades e não se anula o sofrimento de discriminação, exploração e exclusão social que estas vivem. Apenas o que conseguem fazer é atender um número limitado de pessoas da classe pobre, diferentemente da classe rica, que continua sendo favorecida, pelo seu contexto social, tendo maior inserção no ensino superior e ainda disputando as vagas com os alunos de classe pobre.

Segundo dados do IBGE (2010), das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza no município de Maracanaú, 17,3 % não sabiam ler ou escrever. Havia 74,7% crianças e adolescente que não frequentando creche. Do total de 13.240 pessoas em extrema pobreza do município, 25,1% se classificaram como brancos e 72,2% como negros. Dentre estes últimos, 3,0% se declararam pretos e 69,2% pardos. Outras, 2,7% se declararam amarelos ou indígenas.

Em todo Brasil, segundo levantamento e indicadores de desigualdade sociais a grande maioria dos brasileiros em situação de miséria é “*parda*” ou negra, tanto na área rural quanto na área urbana. Hildete Melo (2005 p. 25), fala que o Brasil é um país multirracial, onde brancos/as e negros/as representa 99% da população, no entanto a distribuição de riqueza não acompanha esta partição racial, que os dados mostram a extrema desigualdade dos rendimentos quando se desagregam os dados por raça/cor, (MELO, 2005, p. 25).

Isso se reflete na inserção de jovens pobres e negros/as nas universidades. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), apesar do percentual de negros/as no ensino superior ter aumentado no país passando de 10,2% em 2001 para 37,4% em 2012. No entanto, esse aumento na frequência de jovens “*pardos (as)*” e pretos/as não foi suficientes para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes, que era de 39,6%. Hoje, o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total.

No caso do PBF, entre as, 13,8 milhões de famílias atendidas pelo programa, 73% se autodeclararam pretas ou pardas, segundo dados do IPEA. Isso quer dizer, que programas sociais, independentemente de qual seja a área, sempre serão limitados. Eles

em escolas públicas, com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos e indígenas. A lei determina ainda que metade das vagas reservadas às cotas sociais - 25% do total da oferta - sejam preenchidas por alunos que venham de famílias com renda de até um salário mínimo e meio per capita. As instituições têm até o ano de 2016 para se adequar à norma. Ministério da Educação do Brasil, 2012. Disponível em :<http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>. Acessado em março de 2015.

podem conseguir atender um número determinado de pessoas, porém não conseguem transformar a condição social delas completamente nem conseguem atingir a todas desfavorecida seja pela cor/raça, gênero ou classe, com o sistema capitalista, a classe pobre continuará pobre e sofrendo as desigualdades sociais (raça/cor, gênero) e a classe rica continuará rica, desfrutando dos seus benefícios e privilégios sociais.

Esse sistema não produz riquezas distribuídas igualmente entre as classes, pois produz de um lado pessoas ricas (classe dominante) que mantem em suas mãos a propriedade privada e os meios de produção, acumulando seus bens e capital, enquanto o proletariado (classe pobre) é explorado em troca de um “miserável salário” (se comparado com o lucro/mais valia dos capitalistas burgueses).

Esse é um círculo vicioso, enquanto essa geração de classe pobre tenta vencer a miséria, o sistema capitalista produzirá novas gerações pobres e ricas e assim continuarão as desigualdades sociais entre ricos e pobres, pela exploração do trabalho humano. O que levou a expansão dos programas sociais, porém de cunho liberal, foi justamente o desenvolvimento do capitalismo, por um lado crescia a economia do país e por outro, comprometia-se o progresso humano, com seus feitos desregulados de desigualdades sociais, o que Fiori (1997, p. 208), chama de casamento virtuoso:

A grande força propulsora que levou o neoliberalismo ao mundo inteiro, no meu entender, foi à existência daquilo que chamei de um casamento virtuoso, ou pelo menos, vitorioso, entre estas idéias e o movimento real do capitalismo na direção desregulação crescente e de uma globalização econômica de natureza basicamente financeira. (FIORI, 1997, p. 208).

Isso evidencia a incoerência das condicionalidades do PBF com a realidade social em que vive a classe pobre, especialmente aquelas famílias que analisamos no contexto apresentado. O governo com isso não está transferindo apenas uma renda mínima, mas também está transferindo a responsabilidade para essas famílias, para as mulheres beneficiárias do programa, de sua condição social, e assim acaba se isentando de suas próprias responsabilidades, pois na realidade é **dever** do Estado garantir condições básicas humanas e sociais para seus/suas cidadãos (as).

O estado é o agente principal **responsável** e não as famílias pobres que necessitam de assistência por causa do sistema injusto que as explora. A culpa da existência da pobreza em nossa sociedade não é proveniente das famílias pobres ou de sua “*incapacidade*” humana, como os liberais disseminam, é consequência do sistema capitalista esmagador que tem o apoio da política corrupta e exploradora do estado burguês, que produz seus feitos incontroláveis e inevitáveis de desigualdades sociais.

Como podemos perceber a economia produzida no município de Maracanaú é superior até a transferência total feito pelo programa do governo para as famílias beneficiárias do município, o que evidencia o acúmulo de capital concentrando nas mãos da minoria, enquanto a maioria da população pobre vive na miséria, necessitando do amparo desse programas sociais para garantir o mínimo.

3. Bolsa Família e desigualdade de gênero

Para analisar a desigualdade de gênero, é preciso primeiro compreender um pouco sobre os conceitos de gênero. Pensar em gênero envolve um conjunto de explicações e concepções sobre o que é ser “*masculino*” e “*feminino*”, o que nas últimas décadas, com os estudos “*Queer*”, afirmando que a orientação sexual ou a identidade de gênero é um reconhecimento social, e não esta associado ao sexo, ou a sexualidade e sim as práticas sociais. Essa teoria ganhou maior visibilidade e tem revolucionado a concepção que se tinha de gênero antes relacionado à sexualidade.

Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, (não só homens como antes era pensado e estudado em que o papel central era o masculino), relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual, (GROSSI, 1996, p. 5)

Através de estudos sobre gênero nas últimas décadas foi possível introduzir um novo conceito para se pensar gênero, não mais como estrutura biológica, que na cultura ocidental costuma associar gênero à sexualidade. Sabemos que a percepção de gênero envolve uma série de vivências diferentes como de identidade de gênero, expressão de gênero, papel de gênero e diversidade sexual.

Desde crianças, ou antes, mesmo de nascer, temos nossas vidas planejadas por nossos pais, a começar pela determinação de nossos nomes, da cor das nossas roupas e objetos pessoais. Desde o dia que nosso sexo foi revelado por nossos órgãos genitais, todo o nosso caminho dentro da sociedade também “*está*” determinado, por essa carga biológica, como homens e mulheres e seus papéis sociais. Como nos mostra Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 7):

Relembre da sua formação pessoal: desde criança você foi ensinado (a) a agir e a ter uma determinada aparência, de acordo com o seu sexo biológico. Se havia ultrassonografia, esse sexo foi determinado antes de você nascer. Se não, foi no seu parto. Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é

da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade. (JESUS, 2012, p. 7)

Assim, à medida que crescíamos fomos ensinados a nos comportar, desde o vestir até o modo de nos relacionar de acordo com o nosso sexo biológico, porque assim seria o “*correto*” da natureza humana, que a sociedade reproduz, baseada em estereótipos de sexualidade, construindo o que é ser feminino e o que é ser masculino. Bourdieu (2012, p. 37), fala que esse processo de diferenciação passa por um trabalho psicossomático, que corresponde a práticas simbólicas de divisão do que é ser masculino e feminino, com a intenção objetiva de negar tudo que seja prática feminina do masculino, e tais práticas passam por uma série de rituais simbólicos para distinguir um sexo do outro.

Assim, segundo Bourdieu (2012, p.41), por exemplo, meninas Cabila aprendiam os princípios fundamentais para serem femininas, adquirindo e interiorizando condutas corporais e morais atribuídas ao seu sexo biológico. Bourdieu explica que essas maneiras de usar do corpo expressa uma forma simbólica de dominação entre os sexos, que por sua vez estão profundamente associadas à atitude moral à contenção que convém no caso às mulheres de “*respeito*”, usarem roupas mais comportadas, calças compridas e sapatos baixos, e já às posturas masculinas serem mais relaxadas, como o fato de balançarem na cadeira, ou de porem os pés sobre a mesa, como forma de demonstração de poder, de superioridade, sendo essa educação elementar maneiras que estão prenhes de uma ética, de uma política e de uma cosmologia, a qual cabe ao sexo masculino reproduzir a postura, seja ela corporal ou simbólica de dominante (BOURDIEU, 2012, p. 41).

Ainda, segundo Bourdieu (2012, p. 19), no seu “*Esquema sinóptico das oposições permanentes*” cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar, por exemplo, todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar um boi, fazer a lavoura ou a colheita. Já às mulheres, ao contrário, cabem-nas o lado úmido, o baixo, o curvo e o contínuo. Elas lhes veem atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, o privado, o escondido ou até mesmo o invisível e o vergonhoso.

Percebemos que ser masculino ou feminino não é somente uma questão de sexo e sim de gênero também, ou seja, é uma construção cultural. Assim, não podemos medir a vida de um ser humano e muito menos defini-lo baseado nas suas características

físicas ou biológicas, e muito menos baseados em ideologias simbólicas de dominação, pois tanto o homem quanto a mulher fazem parte de um conjunto complexo, mutável e incompleto que se chama “*Ser Humano*”, levando em consideração que não nascemos prontas e prontos, mas que aprendemos a ser o que queremos ou o que podemos ser, convivendo socialmente. Diferentemente dos animais, somos os únicos seres capazes de planejar nossa vida e de produzi-las de forma racional, pois é através das nossas ações e palavras que criamos a cultura e somos criados por ela. Como nos afirma Aranha (1999, p. 4):

Em outras palavras, o animal não inventa o instrumento, não aperfeiçoa, nem o conserva para o uso posterior. Por tanto, o gesto útil não tem sequência e não adquire o significado de uma experiência propriamente dita. Mesmo que alguns animais organizem “sociedades” mais complexos e até aprendam forma de sobrevivência e as ensinem a suas crias, não há nada que se compare às transformações realizadas pelo *homem* (ser humano) enquanto criador de cultura (ARANHA, 1999, p. 4), [grifo meu].

Portanto, gênero é social, porque faz parte de uma construção cultural dos seres humanos, e isso não pode ser relacionado somente com as características biológicas, uma vez que faz parte do reconhecimento do “*outro*”, ou seja, é uma questão de auto percepção do indivíduo dentro da sociedade, que envolve práticas sociais. Trata-se do conceito básico para se pensar em ser homem ou ser mulher ou mesmo não ser nenhum dos dois, rompendo com os binarismos, observando que as concepções de masculino e de feminino foram construídas com princípios antagônicos de dominação ao longo do tempo, de sociedade para sociedade, e a cultura na qual a pessoa está inserida é significativa na sua formação humana, pois parte das nossas influências sociais, são adquiridas pelo convívio social.

O que faz o comportamento das pessoas ser “*masculino*” ou “*feminino*” é a cultura e tudo aquilo que é associado ao sexo biológico em determinadas cultura, o que, em verdade, é papel de gênero. No entanto, estudos antropológicos mostram que os papéis de gênero mudam de uma cultura para outra. Por exemplo, comportamentos que, em nossa cultura ocidental, estão fortemente associados, respectivamente, a homens e a mulheres quase como uma determinação biológica, Margareth Mead (apud), mostrou que, numa mesma ilha da Nova Guiné, três tribos – os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli – atribuíam papéis muito diferentes para homens e mulheres lhes eram associados de outra forma. Num destes grupos, homens e mulheres eram cordiais e dóceis; no outro ambos eram agressivos e violentos; e no terceiro as mulheres eram

aguerridas, enquanto os homens eram mais passivos e caseiros, (GROSSI, 1996, p.6). Aranha (1999, p. 6) mostra que o mundo é cultural, que os comportamento são codificados e problematiza-o.

O mundo é cultural é um sistema de significados já estabelecidos por outros, de modo que, ao nascer, a criança encontra o mundo de valores já dados, onde ela vai se situar. A língua que aprende, a maneira de sentar, andar, correr, brincar, o tom da voz nas conversas, as relações familiares, tudo enfim se acha codificado. Até na emoção, que parecia uma manifestação espontânea fica à mercê de regras que dirigem de certa forma a sua expressão. Podemos observar como a nossa sociedade, preocupada com a visão estereotipada da masculinidade, vê com complacência o choro feminino e o recrimina no homem. (ARANHA, 1999, p. 6).

Portanto, percebemos que gênero serve para determinar o que é social, cultural e historicamente determinado (GROSSI, 1996, p. 5), em relação a sexo e sexualidade, mas também à orientação sexual, papéis de gênero e a identidade de gênero²⁴. Não podemos continuar cometendo o erro de submeter às pessoas a essa normatização criada para enquadrá-las em rótulos, em regras masculinas e femininas, que foram construídos ao longo do tempo como padrão simbólico de dominação. Esse estabelecimento de regras, de conduta e de valores deixados pela herança social é questionado por Aranha (1999, p. 7):

Todas as diferenças existentes no comportamento modelado em sociedade resultam da maneira pela qual *os homens* (seres humanos) organizam as relações entre si, que possibilitam o estabelecimento das regras de conduta e dos valores que nortearão a construção da vida social, econômica e política. Considerando isso, como fica a individualidade diante da herança social? Há o risco de indivíduo perder sua liberdade e autenticidade [...]. Veste-se, come-se, pensa-se, não como cada um gostaria de se vestir, comer ou pensar, mas como a maioria o faz. Os sistemas de controle da sociedade aprisionam o indivíduo numa rede aparentemente sem saída (ARANHA, 1999, p. 7).

É nesse sentido que o gênero relacionado somente ao sexo biológico passa a ser um instrumento de prisão para as pessoas que se expressam e se enxergam diferentes destes conceitos normativos e hegemônicos. A partir de outra compreensão, entende-se que tudo que foi construído culturalmente pode ser (re) significado, pois “Não há caminho feito, mas a fazer, não há modelo de conduta, mas um processo contínuo de estabelecimentos e valores. Nada mais se apresenta como absolutamente certo e

²⁴ Sobre esses conceitos ver: JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

inquestionável”, (ARANHA, 1999, p. 6). Portanto, gênero é mutável historicamente e culturalmente (GROSSI, 1996, p. 8).

Os estudos de gênero nas décadas de 1980 e 1990 vêm problematizar estas determinações biológicas. Passamos a entender que a explicação biológica é apenas uma formulação que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Tudo o que é associado ao sexo biológico em determinada cultura é considerado papel de gênero, ou seja, papel é aquilo entendido no sentido de representação ou de um personagem.

O homem, no papel de marido ou pai, é o ator/personagem fundamental da organização social, no patriarcalismo. É ele quem exerce a autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais, (ALVES e CAVENAGHI, 2012, p. 102). O patriarcalismo resultou em exclusão social para nós mulheres²⁵. A dominação masculina e o modelo patriarcal foram construídos culturalmente ao longo do tempo em nossa sociedade, como afirma Bourdieu (2012, p. 45).

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturais sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e sexual, que confere aos homens a melhor parte [...] (BOURDIEU, 2012, p. 45).

Segundo Mirian Grossi (1996, p. 2) os estudos de gênero e a ideia-conceito de relações de gênero, em nosso país, surgiram nas décadas de 1960 e 1970 em torno da problemática da condição feminina, do que significava ser mulher, e, posteriormente, iniciaram-se os estudos sobre as mulheres. Afinal o que é ser mulher? Numa sociedade fortemente dominada por homens, a opressão pelos mesmos era inevitável, o que constantemente influenciava diretamente na vida e na significação do que era/é ser mulher e qual era seu papel em nossa sociedade. Mediante isso, nos primeiros grupos feministas achava-se que as questões referentes às mulheres deveriam ser pensadas por elas, ou seja, que as mulheres se reunissem sem homens, pois os mesmos haviam-nas silenciado, para garantir a sua palavra.

Os primeiros estudos, que tinham a preocupação de estudar a opressão da mulher nas sociedades patriarcais, iniciaram-se no Brasil no final dos anos 1960, obras de Heleieth Saffioti (1967, apud), mostraram que as mulheres das classes trabalhadoras

²⁵ São processos de rupturas, situações de desvalorização social, advindas da perda de status social e da redução drástica das oportunidades. (MELO, Hildete Pereira de. Gênero de Pobreza no Brasil. CEPAL-SPM: Brasília, 2005).

eram mais oprimidas que as outras, no entanto que havia uma mesma opressão de todas as mulheres, ou seja, independente do lugar que elas ocupavam na produção, todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal (TOLEDO, 2014, p. 3).

Cecília Toledo (2014), diz que pesquisas realizadas no século XIX, afirmavam que nem sempre a mulher foi oprimida e que em algumas sociedades primitivas houve um período de matriarcado. Posteriormente essa tese foi confirmada pela Antropologia e isso escândalos principalmente nas sociedades conservadoras da época. Porém, foi através dessas descobertas que, foi derrubada a concepção burguesa de que a mulher já nasceu oprimida, e que a causa dessa opressão era sua inferioridade natural em relação ao homem, (TOLEDO, 2014, p. 13)

Foi demonstrado, que primeiramente, a base da opressão da mulher é econômica e que para mudar isso precisaria transformar-se a sociedade definitivamente, através do caminho do socialismo defendido por Marx.

O Marxismo proporcionou, pela primeira vez, uma base materialista científica, não só para o socialismo, mas também para a causa da libertação da mulher. Expôs as raízes da opressão da mulher, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada, com uma sociedade dividida entre as classes possuidora e outra produtora de riquezas [...] (TOLEDO, 2014, p.11).

Isso mostra que para as mulheres existe a dupla opressão. As mulheres não só lutavam contra a opressão masculina (patriarcalismo), mas também contra a produção capitalista (a propriedade privada dos meios de produção). Um desses episódios importantes da luta por seus direitos se deu pela conquista de melhores condições de trabalho.

No dia 08 de março de 1857, em uma fábrica de tecidos situada na cidade de Nova Iorque, as operárias fizeram uma grande greve, ocupando a fábrica para reivindicar seus direitos por melhores condições de trabalho, entre estas, equiparação de salários com os homens, pois ainda naquela época as mulheres chegavam a receber até um terço do salário que os homens recebiam para desempenhar o mesmo trabalho. A manifestação das mulheres foi reprimida e como resposta às suas reivindicações, elas foram trancadas dentro da fábrica que foi incendiada com elas dentro, o que fez com que cerca de 130 tecelãs morressem carbonizadas numa clara demonstração de violência e desumanidade.

Outro episódio de luta se deu em 1909, quando 30 mil costureiras industriais de grandes fábricas norte-americanas cruzaram os braços exigindo melhores salários,

redução da jornada de trabalho, repúdio ao trabalho infantil e direito à sindicalização, (TOLEDO, 2014, p. 27). Na história da nossa sociedade pouco se fala da luta operária feminina que foi oprimida duplamente pelas ideologias patriarcais e pelo sistema explorador dos capitalistas burgueses, que esmaga a classe operária. No entanto, as mulheres nunca se omitiram da luta e mesmo sendo silenciadas e oprimidas pela classe burguesa e pelo sexo dominante, permaneceram séculos resistindo contra a desigualdade de gênero e a exploração capitalista. Abaixo seguem, como exemplo, algumas das “*conquistas*” resultantes das luta feminina pelo mundo. Marco de conquistas das mulheres silenciadas na história.

1788 - O político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres.

1840 - Lucrecia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos.

1859 - Surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres.

1862 - Durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia.

1865 - Na Alemanha, Louise Otto cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs.

1866 - No Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas.

1869 - É criada, nos Estados Unidos, a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres.

1870 - Na França, as mulheres passam a ter acesso ao curso de Medicina.

1874 - Criada no Japão a primeira escola normal para moças.

1878 - Criada na Rússia uma Universidade Feminina.

1893 - A Nova Zelândia torna-se o primeiro país do mundo a conceder direito de voto às mulheres (sufrágio feminino). A conquista foi o resultado da luta de Kate Sheppard, líder do movimento pelo direito de voto das mulheres na Nova Zelândia.

1901 - O deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres.

1951 - A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece princípios gerais, visando a igualdade de remuneração (salários) entre homens e mulheres (para exercício de mesma função).

Essas lutas silenciadas fizeram parte, por muito tempo, do cotidiano das mulheres diante de uma sociedade capitalista e machista, pois a luta da classe pobre operária por seus direitos não atendia às demandas emergentes sofridas pelas mulheres operárias o que fez com que elas reivindicassem seus direitos separadas dos homens operários, pois os mesmos não sofriam preconceito e discriminação de gênero. No ano de 1867, após as ideologias machistas disseminadas por intelectuais da época, se intensificaram ainda mais as lutas das mulheres.

Essas ideologias machistas diziam, por exemplo, que a função da mulher era a procriação e as tarefas domésticas. Portanto, segundo essa concepção, a mulher que trabalhava fora de casa estava roubando o trabalho do homem. Chegaram até a propor que o marido tivesse direito de vida ou morte sobre a mulher, em casos de desobediência ou falta de caráter, mediante a uma relação aritmética, a inferioridade do cérebro feminino em relação ao masculino, (TOLEDO, 2014, p.13).

Por esses motivos, é que a trajetória de luta das mulheres operárias por direitos humanos no enfrentamento contra o estado burguês foi bem mais difícil, pois este não tinha interesse em promover a “*igualdade*” de gênero diante do sistema explorador (capitalista) que se favorecia com a mão-de-obra “barata” das mulheres e das crianças, enquanto as mesmas eram impedidas de participar da vida política e das decisões que favoreciam a classe burguesa, dominada por homens que conseqüentemente fortaleciam o regime patriarcal (dominação masculina), que cada vez mais silenciavam as vozes das mulheres. Diante disso os capitalistas se aproveitavam para manter essa desigualdade entre homens e mulheres. Cecília Toledo (2014, p. 15) afirma:

[...] O trabalho da mulher e das crianças, apesar de ser tão penoso e estafante quanto dos homens, apesar de ser tão produtivo e submetido à mesma legislação trabalhista é considerado trabalho barato. Essa qualificação não tem qualquer respaldo na realidade concreta, mas

interessa ao capitalista mantê-la porque ela lhe traz inúmeras vantagens: permite pagar salários mais baixos em troca desse suposto “trabalho barato”; aumenta a concorrência entre homens e mulheres; amplia o exército industrial de reserva e rebaixa o teto salarial de toda a classe trabalhadora (TOLEDO, 2014, p. 15).

Depois de décadas de lutas e resistência, foi possível uma conquista que permitiu o reconhecimento dos direitos das mulheres: em 1993, na Conferência de Viena sobre direitos humanos, as mulheres conseguiriam sua humanidade visível. A comunidade reconheceu que a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*” não atendia as demandas emergentes enfrentadas pelas mulheres, pois a mesma não as incluía, uma vez que existiam pontos cegos e estes eram a ausência de reconhecimento que a humanidade até então era feita de dois sexos, diferentes, porém iguais em seus direitos e deveres.

Esse reconhecimento foi graças à luta e à resistência de mulheres cujo nomes foram invisibilizados, na história como Abigail Adams (1744:1818) a primeira que questionou o motivo pelo qual a carta de direitos estadunidense (Declaração de Independência, 1766) não contemplou as mulheres, e Olympe de Gouges²⁶ (1748:1793), que, em 1791, desafiou a Revolução Francesa ao opor sua “*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*” à “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*”. Ela defendeu o princípio de que direitos humanos somente são válidos quando contemplam os direitos das mulheres, devido ao seu pensamento revolucionário, ela foi executada, (11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, 2008).

Este reconhecimento veio tardiamente no final do século XX, porém marcou uma nova trajetória de visibilidade feminina na sociedade, abrindo espaço para um novo momento de transformação na conduta sociocultural construída, até aquele momento, por padrões e normas hegemônicas de modelo patriarcal, que gerou essa desigualdade de gênero, desenvolvida com a relação de produção capitalista e conseguinte nas relações sociais.

A inserção das mulheres através da sua luta e resistência no meio social (antes apenas dominado por homens) de forma efetiva possibilitou o reconhecimento, não apenas dos seus direitos, mas também da sua liberdade de se expressar, de seu direito de decidir sobre ações importantes na vida política dentro da sociedade, assim como o

²⁶SILVA, Alain Tramont. NUNES, Pedro Henrique. Olympe de Gouges: as mulheres e a revolução. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/olymp-de-gouges-mulheres-e-revolucao>.

direito ao voto, sua participação é peça fundamental para a construção efetiva da democracia, que é uma luta constante nessa sociedade fortemente marcada pelo patriarcalismo e pela desigualdade social, disseminada pelo sistema explorador (capitalista) e seu estado burguês.

Rosiska Darcy de Oliveira, (1998) nomeada Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, escreveu em “*As mulheres, os Direitos Humanos e a Democracia*”, que o movimento de mulheres, gerado no bojo das grandes transformações pelas quais passou o estatuto social das mulheres no século XX, deu à temática da cidadania feminina visibilidade e legitimidade como tema global, (OLIVEIRA, 1998, p.1). A partir disso, criava-se um novo contexto de luta para igualdade entre homens e mulheres, reconhecido na Carta da ONU e reafirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o papel da ONU foi importantíssimo no âmbito das nações desenvolvidas desde 1979 a fim de inibir discriminações e violências contra mulheres.

No entanto, até hoje é um desafio à luta e resistência, muita mulheres ainda sofrem com a opressão machista violenta e com a exploração do sistema capitalista que mantém as relações de produção hierarquizadas entre os sexos. Essa dificuldade existe porque no regime capitalista a existência de circunstâncias que não permitem às classes oprimidas “*exercer*” seus direitos democráticos não é um caso isolado, mas fato habitual, um fenômeno típico, por isso os marxistas não ignoram que a democracia não elimina a dominação de classe, mas apenas torna a luta de classe mais nítida, mais ampla, mais aberta, mais aguda.

Todos os direitos democráticos, sem exceção, dificilmente se podem exercer no regime capitalista, porque são os direitos relativos, restritos, formais e mesquinho. É nesse sentido que toda democracia consiste na proclamação e na realização de direitos. No entanto, no sistema capitalista esses direitos são realizados de maneira modesta e relativa. Quanto mais democrática é a estrutura de um Estado, mais claro para os operários que a causa de todos os males é o capitalismo e não a privação de direitos. (TOLEDO, 2014, p. 112)

Mediante a luta das mulheres por seus direitos contra o estado burguês e o capitalismo, o governo brasileiro, como estratégia política por causa da reivindicação feminina da classe trabalhadora por mudanças econômica, política e social, adotou medidas “*reformistas*” contra a discriminação e a desigualdade de gênero, o que

permitiu a criação, por exemplo, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher²⁷, para o qual foram nomeadas conselheiras de liderança expressiva na sociedade civil. Assim, o governo assumia o compromisso formal de criar políticas públicas voltadas para assegurar os direitos das mulheres.

Todas as ações políticas foram emergentes das demandas da sociedade civil como vimos no capítulo anterior da luta da classe operária contra o estado burguês. Nada foi nos dado por bondade dos governantes, e sim, por estratégias políticas adotadas por estes para que não chegássemos a uma possível revolução junto com toda a classe operária. Porém, muitas mulheres que lutaram por seus direitos, que enfrentaram o sistema capitalista dos burgueses e o patriarcado tiveram suas vidas ceifadas violentamente, como às mulheres tecelãs que morreram carbonizadas depois de uma manifestação.

Muitas mulheres ainda hoje são mortas, vítimas de violência doméstica, estupro, dentre outros crimes da opressão machista. Essa ideologia é atual e reproduzida por diferentes pessoas de diversas classes, pois infelizmente o machismo atingiu diferentes dimensões nos dias atuais e não só oprime as mulheres (cisgênero e transgênero) como também homens (cisgênero e transgênero) que tentam se libertar dessa conduta opressora. Percebemos que tudo aquilo que foge dos parâmetros aceitáveis dessa sociedade ocupa os lugares invisíveis e subalternos sujeitos à exploração e opressão como também está designado à negação dos seus direitos humanos e dignidade de vida como cidadã (o).

A resistência feminina operária veio com os movimentos sociais, com o sindicalismo, com as ONGS, dentre outras. Essas resistências também foram essenciais para luta política pela democracia, principalmente no contexto da ditadura civil-militar que ocorreu em nosso país a partir do ano de 1964.

A contribuição das mulheres para a sociedade nacional é, na maioria das vezes ignorada e invisibilizada. A participação das mulheres operárias na construção da democracia brasileira continua sendo importantíssima na busca de uma sociedade livre de exploração capitalista, igualitária em direitos entre homens e mulheres, entre as classes, e isso só é possível através da revolução socialista.

²⁷ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado pela Lei 7.353, de agosto de 1985, pelo presidente José Sarney, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que obtivem eliminar a discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

Abaixo alguns dos instrumentos internacionais de Defesa dos Direitos das Mulheres de 1979-2001²⁸.

1979 - Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW (ONU), adotado pelo Brasil 1984.

Primeiro instrumento internacional de direitos humanos especificamente voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

1983 - Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU), adotado pelo Brasil em 1993. Define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das Nações Unidas.

1994 - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA), adotado pelo Brasil em 1995. Estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica ou sexual, baseada no gênero, que ocorra tanto na esfera pública, como na privada.

1994 - Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU), adotado pelo Brasil em 1994. Tornou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais.

1995 - Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) (ONU), adotado pelo Brasil no mesmo ano. Chamou atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção da

²⁸ As mulheres e os Direitos Humanos. 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Secretária Especial de Política para as Mulheres (SPM). Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2008/informativodireitoshumanos.pdf>

equidade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

1999 - Protocolo Facultativo CEDAW (ONU), adotado pelo Brasil em 2001. Foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um Protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

2001 - Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (ONU), adotado pelo Brasil no mesmo ano. Afirma que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos. Dispõe que os Estados devem adotar uma perspectiva de gênero que reconheça as múltiplas formas de discriminação que podem afetar as mulheres.

Há contradições do estado burguês em nossa sociedade, de um lado permite “*reformas políticas democráticas*” para o reconhecimento dos nossos direitos humanos e sociais, porém por outro os mesmos direitos “conquistados” são violentados dentro do sistema capitalista e pela cultura machista, que continuam negligenciando e desrespeitando a dignidade e a liberdade das mulheres. Exemplo disso foi recentemente a formulação do projeto de Lei 5069/2013 de autoria do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB - RJ), que vem criminalizar mulheres vítima de violência sexual e prevê pena para qualquer pessoa que oriente método contraceptivo (contrariamente ao que o movimento feminista tem lutado, em favor liberdade sexual da mulher, da autonomia sobre o seu próprio corpo, no Brasil desde a década de 1960, com o surgimento da pílula), ou mesmo o aborto legal, permitido em caso de estupro ou de fetos anencefálicos, previsto na Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

Esses retrocessos nos direitos da mulher para uma vida digna demonstra que a democracia burguesa é uma democracia feita de frases pomposas, de expressões altissonantes, de promessas grandiloquentes, de belas palavras de ordem, de liberdade e de igualdade, mas, na realidade, dissimulam a falta de liberdade e de igualdade da

mulher, a falta de liberdade e de igualdade dxs trabalhadxres e exploradxs, (TOLEDO, 2014, p. 132).

Infelizmente, os programas de “*políticas sociais*” criados pelo estado burguês para nós não atende a todas as nossas necessidades, pois ainda vivemos dentro de um cenário machista que ainda nos oprime junto com sistema explorador (capitalista) que, desde o surgimento da máquina (indústria), cada dia se favorece da exploração do nosso “*trabalho barato*” e da nossa vulnerabilidade social. Prova disso é que muitas mulheres necessitam do amparo assistencial do PBF, por não terem condições de suprir nem a sua necessidade básica, em que constitui no seu direito básico ontológico de alimentação sua e de sua família.

Por esses motivos, é importante a luta pela abolição definitiva da propriedade privada, porque só assim será possível a libertação das mulheres trabalhadoras como também para os homens operários. Através do socialismo a sociedade poderá ser transformada. Sobre isso, afirma Cecília Toledo: “Livres dessas cargas, as mulheres poderão romper com a servidão doméstica e cultivar plenamente suas capacidades como membras criativas e produtivas da sociedade, e não só como reprodutoras biológicas”, (TOLEDO, 2014, p. 11).

Nesse contexto de desigualdades sociais (com base nos marcadores de classe/gênero/cor) como acreditar que os “*Programas Assistencialistas*” vão conseguir fazer as pessoas pobres, principalmente nós mulheres, a ultrapassar a barreira das desigualdades sociais existentes alcançando de fato a democracia e a liberdade? Apesar de muitos estudos sobre o PBF na última década como “*Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*” (2013), que traz a perspectiva da autonomia feminina que o PBF pode ter proporcionado, além da esfera econômica.

Porém, o que o programa realmente conseguiu atender minimamente é uma renda financeira através da transferência direta, para manter uma alimentação básica familiar (o que muitas vezes ainda não consegue suprir, pois a quantia recebida se torna pouco, diante das necessidades ontológicas), essa renda não tira as mulheres da situação historicamente vulnerável de desigualdade de classe e gênero, disseminada, pelo sistema explorador. Fora isso, muitas das beneficiárias não conseguem ter nem acesso a serviços públicos básicos, como saneamento, água e luz, que são necessidades humanas mínimas e fundamentais para a existência humana.

Como considerar a “*autonomia*” feminina diante desse contexto social vivido por mulheres (principalmente as mulheres negras) as quais continuam não tendo nem

acesso aos seus direitos humanos básicos, a ignorar as mesmas têm um longo histórico de exclusão, preconceito, discriminação, exploração permanente na sociedade capitalista e machista?

É preciso ressaltar que todas essas desigualdades e negligências dos direitos humanos são decorrentes do sistema capitalista e suas ideologias patriarcais (machistas), sustentados pelo estado burguês. Muitas dessas mulheres agarraram o PBF como sua única porta de escape, por não possuírem antes nenhum rendimento econômico fixo. Assim, passam a depender financeiramente do PBF para conseguirem pagar contas de emergências como as da alimentação, água e/ou luz, todavia, essa renda não transcende as suas dificuldades e a desigualdade social existente.

É preciso refletir que esses programas assistenciais servem para calar e mascarar não só a desigualdade social, mas também a realidade do setor público do nosso país, que tem uma má distribuição de renda, além dos sérios problemas de corrupção por parte de políticos que sustentam o sistema capitalista, atendendo aos interesses da minoria da população (classe rica), que cada dia mais enriquece às custas da classe pobre trabalhadora, que é explorada, abusada, oprimida, que não consegue ter uma vida digna pois continuam tendo seus direitos negligenciados, devido ao trabalho precarizado submetido à exploração ou em troca de um “trabalho assalariado” que muitas vezes não é suficiente para pagar suas despesas básicas para sobreviver. Assim, vamos vivendo miseravelmente enquanto uma pequena parcela da população vive nos explorando e nos fazendo reféns nesse sistema.

A reforma das políticas sociais, ou seja, a ideia de que é possível melhorar o capitalismo chegando a uma sociedade socialista de igualdades entre todos e todas e para todos e todas, mostra cada vez mais que é ilusão, que o marxismo, há 100 anos, já estava certo, indicando que o único caminho que nos levará à democracia, à liberdade de fato e à emancipação das pessoas desse sistema explorador é a revolução socialista, (TOLEDO, 2014, p. 31).

3. 1. Educação corporal e a desigualdade de gênero

Entende-se por educação corporal o processo de aprendizado ao qual o nosso corpo é submetido em todas as etapas de nossa vida, de sociedade para sociedade. Aprendemos a andar, a falar, a comer, a nos vestir, dentre outras atividades, de acordo

com o nosso sexo, ou seja, aprendemos a ter comportamentos estereotipados como “*masculino*” ou “*feminino*”.

Dentro dos padrões culturais e nas relações de gênero, somos historicamente construídos como homem e mulher, para agirmos e nos comportamos de acordo com nosso sexo biológico e assim reproduzimos atividades humanas determinadas para cada sexo, como por exemplo, mulheres passar a exercer atividades “femininas”, construídas dentro do modelo patriarcal apenas para nós, como atividades de serviço domésticos: passar, lavar, engomar, etc.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre masculino e feminino [...] (BOUDIEU, 2012, p. 41), [grifos do autor].

Assim, cabem como as tarefas femininas, destinadas para nós mulheres, de ordem invisível, silenciosa, humilhante, por estarmos limitadas e condicionadas à submissão dentro do modelo patriarcal de dominação masculina. Por nossa identidade ser feminina, não podemos ser o que queremos ser, segundo a ideologia machista, que naturaliza a todo instante a nossa condição de inferioridade, socialmente construída e reproduzida sobre a relação de gênero regulamentadas e limitadas notadamente para a procriação.

Percebemos também que esse modo de agir do corpo, em todas as suas atividades, passa pelo processo de educação corporal, que varia de sociedade para sociedade dentro das suas construções culturais. É o que Mauss (1974, p. 215) afirma “na arte de corpo humano, os fatos de educação dominam”.

Por isso, para entendermos esse processo educativo corporal o qual é o ser humano é designado, antes precisamos entender sobre o nosso próprio corpo, que é primordialmente o nosso instrumento natural. É por intermédio dele que podemos produzir os meios de vida, ou seja, nossa subsistência, por meio do nosso trabalho. Isso significa que não nascemos seres humanos, nos formamos humanos, através do processo educativo.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios *homens* (seres humanos) sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o *homem* (ser humano) não nasce *homem* (ser humano). Ele forma-se

homem (ser humano). Ele não nasce sabendo produzir-se como *homem* (ser humano). Ele necessita aprender a ser *homem* (ser humano), precisa aprender sua própria existência. Portanto, a produção do *homem* (ser humano) é, ao mesmo tempo, a formação do *homem* (ser humano), isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do *homem* (ser humano) mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154), [grifos meus].

O que, então se entende por trabalho? Ora, a produção do próprio ser humano é seu trabalho. O ato de produzir e satisfazer suas necessidades é denominado de trabalho. Assim como nos afirma Saviani (2007, p. 154).

Ora, o ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos por trabalho. Podemos, pois dizer, que a essência do *homem* (ser humano) é o trabalho. A essência humana não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência humana. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios *homens* (seres humanos). O que o homem (ser humano) é, é-o pelo trabalho. A essência do homem (ser humano) é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao logo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p. 154), [grifos meus].

Sendo assim, o trabalho é própria essência do ser humano, uma atividade útil humana para satisfazer suas necessidades por meio da produção de riqueza material (bens, instrumentos, utilidades), mas, por sua vez, o processo de riqueza material não abrange apenas o trabalho humano.

Nikitin (1967, p.2-3), explica que esse processo de produção de riqueza material é a base da vida social, este abrange o trabalho humano, os meios de trabalho e os objetos de trabalho. Os meios de trabalho são todas as coisas com o auxílio das quais o ser humano atua sobre os objetos de trabalho e os transforma. E os objetos de trabalho são tudo aquilo sobre que se exerce o trabalho ser humano, a própria natureza, a terra, e as entranhas da terra são exemplos de objetos primitivos, que utilizamos para aplicar nosso trabalho. Juntos, os meios de trabalho e os objetos de trabalho formam os meios de produção. Porém, o fator decisivo de toda produção é o próprio ser humano e sua força de trabalho, que provém do seu corpo.

Foi das forças produtivas que os capitalistas se apropriaram para explorar, dominar e subordinar outras pessoas (classe pobre), que por sua vez, são obrigadas a vender sua força de trabalho para os capitalistas, que são os donos da propriedade e dos meios de produção. Lênin (apud), definiu o capitalismo como o nome dado ao sistema de terra, as fábricas, os implementos etc., pertencentes a um número reduzido de proprietários de imóveis e capitalistas, enquanto a massa da população não dispõe de

propriedade alguma, ou dispõe de pouquíssima propriedade, e é obrigada a empregar-se para trabalhar, (NIKITIN, 1967, p. 60).

O trabalho na sociedade primitiva era comunal, ou seja, quando o ser humano aprendeu a manusear os primeiros instrumentos de trabalho criados por ele como o arco, flecha, dentre outros, as relações de produção eram de propriedade comunal, os instrumentos de trabalho e os meios de produção correspondiam à propriedade coletiva/comunal (de todos). Por seus instrumentos serem rústicos, feitos de pedras lascadas e varas, eram incapazes de trabalhar sozinhos/as e de se defenderem isoladamente de ameaças, o que os/as fazia em comunas e dirigir coletivamente as suas atividades para a sua sobrevivência, como a caça, a pesca, e a preparação de alimentos. Assim, como nos diz Saviani (2007, p. 154):

[...] Os homens (seres humanos) apropriavam-se coletivamente dos meios de produção e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum [...] (SAVIANI, 2007, p. 154), [grifo do autor].

Com isso, não existia ainda a exploração do trabalho humano, em uma desigualdade social entre os sexos. As atividades do trabalho eram baseadas na cooperação: o homem ajudava a mulher, e vice-versa. A divisão de alimentos era feita igualmente entre cada membro da comuna. Na sociedade comunal o sistema era matriarcal. O clã era maternal ou matriarcal, os homens eram responsáveis pela caça e pesca e a mulher responsável por colher os alimentos e cuidar da casa.

Quando a pecuária e o cultivo do solo se tornaram fortemente atividades exercidas por homens, o matriarcado foi substituído pelo patriarcado, constituindo-se assim a primeira grande divisão social do trabalho na história, que foi a agricultura e a zootecnia.

Com a expansão da produtividade do trabalho humano, a distribuição equitativa dos produtos (riquezas) do trabalho deixou de ser essencial e começou a surgir a necessidade individual, que tem como base a propriedade privada dos meios de produção. Passou a existir então, a desigualdade de propriedade entre homens e mulheres, proprietários e não proprietários, ricos e pobres, dominantes e dominadas, dentro do modelo patriarcal e da propriedade privada o casou a divisão de classe, o modo de produção escravista.

Esse foi o início da exploração do trabalho humano. O ser humano passou a produzir mais do que precisava, o que tornou possível usar mais trabalhadores, e para conseguir tê-los passou-se a utilizar as guerras, e não só os prisioneiros tornavam-se escravizados, mas as mulheres também, dentro do modelo patriarcal e do sistema escravocrata.

Daí por diante, a história da humanidade tornou-se a luta de classe e a desigualdade entre os sexos (dominação masculina). A desigualdade dentro da família, entre o homem e a mulher, marido e esposa, um como proprietário e outra, como não proprietária, tornou-se a base para dependência econômica e a ilegitimidade social do sexo feminino. Segundo Marx:

A divisão do trabalho, que implica em todas as contradições e repouso, por sua vez, sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição desigual tanto em qualidade como em quantidade, da portanto, origem à propriedade cuja primeira forma, o seu germe, reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem [...] (MARX & ENGELS, 1845, p. 37-38).

Essa ilegitimidade social representa, para Engels (1884, apud), uma das primeiras e mais velhas formas de dominação de classe. Dentro da família, o marido representa a burguesia e a mulher, o proletariado, (TOLEDO, 2014, p. 149).

As bases das relações de produção escravista, do feudalismo e do capitalismo são as mesmas: propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho humano, a divisão entre as classes e a opressão entre os sexos. Foi isso que causou e continua a causar as desigualdades sociais. A divisão entre as classes hostis: os exploradores e os explorados (ricos e pobres) e também entre os sexos, dominantes e dominados (homem e mulher).

4. TRABALHO DE CAMPO

Iniciei minha pesquisa de campo em julho de 2015 e finalizei em novembro de 2015. Separei em duas etapas o trabalho de campo. Primeiro com a visita a dois CRAS, no município de Maracanaú, para conversa informal com as mulheres beneficiárias. Segundo, procurei conhecer os bairros da cidade próximos ao distrito industrial. A área do território de Maracanaú possui 106,648 km². Atualmente, no município há 10 CRAS, localizados nas seguintes comunidades/localidades/bairros:

- Comunidade Santo Antônio (Pitaguary)

- Conjunto Acaracuzinho
- Boa Esperança
- Alto Alegre II
- Siqueira
- Alto da Mangueira
- Mucunã
- Piratininga
- Jereissati I
- Pajuçara
- Jardim Bandeirante
- Timbó (construído recentemente, até o momento sem atendimento ao público)

Concentrei as visitas em dois CRAS: o de Pajuçara (centro), do Jardim Bandeirante e visitei o bairro Timbó. Escolhi especificamente esses bairros por estarem próximos ao Distrito Industrial do município, e por serem os maiores bairros populacionais do município, no qual também há, um contingente significativo de operárias e operários que trabalham nessas industriais e são residentes dos respectivos bairros. Abaixo o recorte do mapa do município para melhor compreensão territorial dos bairros escolhidos para a pesquisa:



Fonte: Google Maps.

Observando o contraste, de um lado, empresas de grande e médio porte, perto uma das outras, formando o distrito industrial, no qual é considerado um dos maiores do estado do Ceará. Do outro lado, nos bairros vizinhos que fazem divisória com distrito

industrial (Timbó, Pajuçara e Jardim Bandeirante), famílias desempregadas e em situação de vulnerabilidade social. Com base nos dados empíricos, segundo o Censo de 2010, o município de Maracanaú tem incidência da pobreza em 55,53%, no entanto possui o 7º lugar entre as cidades de maiores desenvolvimento econômico do país, segundo estudo realizado pela consultoria Urban Systems, a pesquisa foi publicada em novembro de 2015 no jornal Diário do Nordeste. Abaixo gráfico demonstrativo da pesquisa.



Fonte: Diário do Nordeste, 2015.

Observando essas contradições, constatei visitando os bairros e conversando com os moradores, a existência de famílias desempregadas, em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, decidi concentrar o trabalho de campo apenas nesses locais, nos bairros próximos ao distrito industrial, também pela dimensão populacional dos bairros que é significativa.

Segundo Censo 2010, o bairro Pajuçara é o maior bairro de Maracanaú possui 18,621 habitantes, deste 51,07% são mulheres. O segundo é bairro Timbó possui 14.537 habitantes, destes 51,98% são mulheres. O Jardim Bandeirante apesar de possuir 5.418 habitantes sendo a população deste bairro composta de 49.63% de mulheres. Esse bairro faz divisória com a Pajuçara (maior bairro do município) e está passando por transformações habitacionais, casas sendo construída por intermédio do Programa do Governo Federal “*Minha Casa Minha Vida*” em parceria com a Caixa Econômica Federal, o que está fazendo crescer anualmente o população deste bairro, o que poderá ser constatado nos próximos Censos.

Apesar da população de mulheres serem menor no bairro Jardim Bandeirante, o município como todo, existem mais mulheres que homens, conforme foi demonstrado anteriormente na tabela número 1 (População recenseada).

Conforme dados do Censo do IBGE de 2010, no município de Maracanaú haviam 13.240 pessoas se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$70,00. Do total de pessoas extremamente pobres 51,7% são mulheres, 48,3% são homens e 98,2% viviam no meio urbano. Ainda, 1,7 % pessoas viviam sem luz e 5% que não contavam com captação de água adequada em suas casas. Além disso, 51% não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica, 9,6% não tinham lixo coletado e 5,3% não tinham nem banheiros em seus domicílios.

Foi visitando os bairros, conversando com as beneficiárias e analisando as respostas coletadas do questionário, que fui constatando a realidade em que viviam as mulheres beneficiárias do PBF, assim consegui traçar o perfil de algumas delas. Perfil este que apresento a seguir.

4. 1 Perfil social das beneficiárias entrevistadas

Além das visitas, que consistiam em observação participante, apliquei questionário semiestruturado como forma de coleta de dados. Nos questionários havia perguntas objetivas, o que me ajudou a identificar o perfil das beneficiárias, e algumas de suas opiniões sobre a saúde pública e a educação no município. O questionário continha ao todo 28 perguntas, entre elas apenas uma aberta, caso elas aceitassem contar um pouco da sua história de vida. Aceitaram responder o questionário 8 mulheres dos respectivos bairros; 4 do bairro Jardim Bandeirante, 3 do Timbó e 1 da Pajuçara.

Através dos questionários, e das conversas informais (abertas) e visitando os CRAS, foi possível identificar os seguintes pontos sobre as beneficiárias:

- 62% morava de casa alugada;
- 50% não havia completado o Ensino fundamental, o motivo da desistência foi porque tinha que cuidar dos (as) filhos (as).
- 37,5% trabalhava com serviços domésticos em casa de terceiros, quando dava para acrescentar na renda da família;
- 37,5% eram mães solteiras, abandonadas pelos ex-companheiros;
- 37,5% que responderam o questionário declararam que sofreram violência doméstica;

- 90% classificou a saúde do município como péssima; e um dos motivos da má qualidade classificada por elas na saúde era a falta de remédios nos postos de saúde e a dificuldade de se realizar exames e consultas.
- 70% classificou também a educação do município como péssima, porém com ressalvas, pois nas escolas ofereciam comida para seus/suas filhos (as) o que aliviava as suas preocupações por saber que ao menos seus/suas filhos (as) estariam sendo bem alimentados indo para escola. No entanto, lamentaram a falta de creches integrais públicas no município. Iniciou em 2009 a construção de uma creche integral no bairro bandeirante, porém até o momento não havia finalizado a obra;
- As beneficiárias que responderam o questionário tinha idade entre 21 e 60 anos;
- Todas as mulheres beneficiárias que entrevistei eram as agentes principais do sustento da casa; e a única renda fixa era o PBF;
- As beneficiárias que responderam o questionário e as que não responderam, mas que conversaram comigo afirmaram que o benefício era insuficiente para as despesas da família e que ainda passavam muita necessidade;
- Todas as entrevistadas não tinha emprego fixo (carteira assinada), pois não tinha como pagar uma pessoa para cuidar de seus filhos(as) enquanto trabalhassem, nem tinha condições financeiras para pagar uma creche particular, porque não há no bairro creche integral pública para deixar seus filhos(as).

4.2 Diário de campo

4.2.1 Diário de campo do dia 10 de julho, (sexta-feira) - Visita ao Centro de Referência da Assistência Social (doravante CRAS) de Pajuçara.

Cheguei ao CRAS às 9h30, me dirigi à recepção para pedir informação dos dias de cadastro ou consultas do PBF. Fui informada pelo porteiro de que segunda à quinta-feira eram os dias dos cadastros e de que sexta-feira era o dia de consulta. Ainda segundo ele, as senhas começavam a ser entregues às 7h, no entanto às mulheres costumavam chegar antes desse horário, para garantir uma ficha de número menor e serem atendidas mais cedo. O mesmo servidor me informou onde se localizava a sala de atendimento e logo me direcionei até lá. Chegando à sala, vi que havia algumas mulheres sentadas esperando serem atendidas por ordem de senha. Comecei uma

conversa com elas e aproveitei o assunto, porque elas estavam conversando sobre o PBF e seus empecilhos.

Uma senhora que estava na fila me falou que há mais de 10 anos era cadastrada no PBF, no entanto, nunca recebeu o benefício. De 3 em 3 meses ela vai ao CRAS para atualizar o cadastro por conta da baixa renda para a conta de luz, pois as mulheres cadastradas no programa têm um “*desconto*” parcial da conta da energia. Outras mulheres que estavam ali relataram o mesmo problema, que nunca receberam o benefício, mesmo estando cadastradas, comprovando a renda baixa, constando no sistema todas as suas informações e os dados da família, com muitos casos de desemprego dos membros da família ou das próprias mulheres beneficiárias. Quando perguntam para os profissionais que trabalham no CRAS, eles informam que elas estão no sistema e que elas tem que estar atualizando o cadastro de 3 em 3 meses para ver se o “*benefício*” vai ser “*liberado*”.

Outra senhora na fila me disse que criou suas filhas sozinha e que tinha uma filha doente e por isso não podia trabalhar fixo, pois não tinha com quem deixar as filhas pequenas e a filha de 15 anos estava doente. Ela não comentou sobre a doença, apenas disse que sua filha tinha feito uma cirurgia na cabeça. Ela falou também que o pai biológico das crianças nunca ajudou financeiramente a mantê-las, e que ela não foi atrás da pensão alimentícia com medo de ameaças do mesmo, que falava constantemente que se ela o denunciasse à justiça “*ela iria voltar sem pernas*”, uma alusão à morte de aves e conseqüentemente uma alusão à sua morte. Ela disse que não ia colocar sua vida em risco e optou por criar as filhas sozinha, pois a justiça não vai estar 24 horas garantindo sua segurança de verdade.

Falou também que não conseguia um emprego fixo porque não tinha quem cuidasse de suas filhas, e que não confiava deixar as crianças pequenas em creche, por relatos de mães que deixam seus filhos (as) lá e sofrem maus tratos por parte de servidores (as). E que ela não iria deixar seus filhos/as nas mãos de outras pessoas para que estas as/os agredissem. E mesmo que arranjasse um emprego, a creche só funciona meio período, ou seja, um turno, e a jornada de trabalho é de 8 horas diárias. Então ela “*se virava*” fazendo “*bicos*” de serviços domésticos na casa de terceiros para manter suas filhas junto com a renda do PBF que não é suficiente para custear todos os gastos com as crianças.

A sua filha doente não recebe auxílio do governo como auxílio doença, nem era aposentada. Ela já havia procurado a defensoria pública para ajudá-la com o processo,

porém não conseguiu por causa da documentação que era exigida e que ela não tinha dinheiro para realizar uma série de exames e laudos médicos que ela não havia conseguido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Outra mulher informou que ela tinha 4 filhos/as e que o marido dela estava doente do braço, como ele era pedreiro, fazia “*bico*” nessa área e com os esforços físicos ele havia lesionado o ombro e por causa disso não conseguiu mais exercer a profissão, e que ela estava mantendo a família com o dinheiro do programa, porém estava passando necessidade, passando fome, foi quando a assistente social foi na sua casa e viu a situação.

Além disso, ela tinha um filho deficiente e recentemente ela havia conseguido o benefício da aposentadoria dele, por causa da defensoria pública que ela procurou para ajudá-la com a documentação e com o processo, sem a defensoria ela não conseguiria, devido os obstáculos e as exigências que o sistema público tem para conceder certos “*benefícios*”. Mesmo sendo direito da pessoa, segundo ela, eles “*colocam dificuldade*”.

No entanto, mesmo diante dessa situação, seu benefício foi bloqueado por conta do salário mínimo da aposentadoria do filho dela, o que ela questionou, por que mesmo um salário mínimo para 6 pessoas, só estava dando para comer.

Ela fez uma denúncia oralmente sobre o cadastro, assim como outras mulheres, que mesmo as/os assistentes sociais indo na casa, comprovando a situação de desemprego, de necessidade, entregando todos os documentos, ainda muitas mulheres tinham seu benefício cortado, e que os profissionais do CRAS apenas orientam a atualizar o cadastro a cada 3 meses e, mesmo assim, as mulheres não recebem o benefício, o que fazia elas se indagar: se elas estão no sistema, por que o benefício não é gerado? O que elas falam é que tem injustiça na seleção, pois conhecem pessoas, famílias que não precisam por terem comércio, ou casas alugadas ou outra forma de rendimento fixo que é muitas vezes superior a um salário mínimo, que visivelmente nota-se que as essas pessoas tem condição de vida elevada, e mesmo assim recebem o benefício.

Entrevistando outra senhora, ela falou que recebia o “*benefício*”, mas que, em 2012, foi sacar o “*benefício*” e a funcionária do banco falou que não constava nenhum valor para ela sacar. Ela se dirigiu ao CRAS e os técnicos informaram que o “*benefício*” estava disponível, que ela aguardasse. Ela voltou ao banco e recebeu a mesma informação: não havia dinheiro na conta. Então ela desistiu de ir atrás, pois a

informação que o CRAS dava era a mesma e quando ela ia não havia benefício no cartão.

O que as leva a desconfiar do cadastro, já que todos os CRAS têm acesso aos seus dados e documentos. Uma mulher chegou a falar que seu benefício foi bloqueado e ela foi reclamar no CRAS e o técnico informou-lhe que não havia autorização de benefício para ela no sistema, então ela procurou a gerente do banco e pediu para mesma acessar sua conta e viu que o dinheiro já estava lá há dois meses.

Ela falou que pode haver falsas informações de funcionários e que pode haver corrupção por parte de pessoas que têm acesso ao cadastro e às informações das beneficiárias, pois muitas delas não chegaram a receber nem o cartão, o que gera incertezas quanto à credibilidade do trabalho do programa desenvolvido pelos CRAS e pelos órgãos competentes.

Se essas mulheres estão cadastradas, e no sistema estão sendo contabilizadas como beneficiárias, entende-se que elas estão recebendo o benefício, e que muitas das vezes essa informação não é verdadeira. O benefício pode ser bloqueado a qualquer momento, mesmo as mulheres indo atualizar seu cadastro, e muitas delas, há anos atualizam o cadastro, e nem o cartão receberam, no entanto, seus dados constam como “ativo” no sistema. Isso gera dúvidas e incertezas, será mesmo que as informações contidas no site do PBF e do PBSM são coerentes, verdadeiros?

No meu trabalho de campo desenvolvido na bolsa de pesquisa do projeto “E agora falamos nós, mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE”²⁹ encontrei essas mesmas dificuldades relatadas pelas mulheres sobre o programa. Muitas falaram que tiveram seus cadastros bloqueados e, por meses, ficaram sem receber, mesmo atualizando o cadastro e cumprindo as exigências das condicionalidades, comprovando com a documentação. Só depois de algum tempo voltava a receber, porém sem ressarcimento dos meses que não receberam e sem esclarecimento por parte dos profissionais do CRAS do tal bloqueamento, o que gera ainda mais desconfiança dos procedimentos do PBF desenvolvido pelos órgãos competentes.

Encontrei dificuldade para fazer as perguntas abertas sobre a história de vida de cada uma. Elas mostraram um pouco de desconfiança e não se sentiram à vontade para participar da entrevista individual o que me levou a pensar em outra estratégia: aplicar o

²⁹ Projeto de pesquisa via edital 24/2013 CNPQ/MDS, visava problematizar as relações entre condição social (pobreza), gênero e raça/cor, por meio de um estudo antropológico realizado com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município nordestino de Redenção. Coordenado pela Prof. Dr^a Vera Rodrigues com a participação de 7 bolsistas.

questionário estruturado com perguntas objetivas em grupo, este pode ser preenchido de forma anônima, e convidar as que se sentirem à vontade para responder as perguntas abertas sobre sua história de vida. Percebi que preciso ir com uma camisa da universidade que me identifique. Pois muitas desconfiavam que eu seria uma agente de fiscalização do CRAS ou do governo. Depois de muita conversa, eu pude ganhar um pouco a confiança e mostrar realmente que eu era estudante. Por isso, na próxima vez, vou com uma camisa da Universidade que recebi do NPGS, intitulada “Chega de violência de gênero”, que possui o nome da Universidade, e levarei uma declaração de matrícula da universidade, já que não possuo carteira de estudante que me identifique.

4. 2. 2 Diário de campo, dia 11 de agosto (terça-feira) , Visita ao CRAS, Jardim Bandeirante.

Cheguei às 07h ao CRAS, localizado no Jardim Bandeirante, e o porteiro me informou que o mesmo abriria às 8h horas. Fiquei sentada do lado de fora na companhia de um homem e de uma mulher que estavam lá para ver se tinha vaga para emprego. Conversamos um pouco, eles me falaram da sua vida e das dificuldades para se conseguir um emprego depois dos 40 anos.

O portão se abriu na hora indicada. Entrei e sentei perto de uma senhora, me identifiquei e ela aceitou responder o questionário. Depois que tinha entrevistado duas mulheres a coordenação do CRAS me abordou querendo saber o que eu estava fazendo. Identifiquei-me como estudante da UNILAB e me chamaram para conversar. Perguntaram sobre do que se tratava a pesquisa e disseram que eu teria que comunicar formalmente para a coordenação do CRAS para fazer a pesquisa, pois vários outros estudantes já fizeram isso, e é fato corriqueiro eles receberem estudantes de várias graduações. Por se tratar de uma instituição, se faz necessário os procedimentos para se fazer pesquisa dentro do espaço institucional.

Expliquei minhas intenções, pedi desculpas, mas não achava necessário fazer os procedimentos burocráticos, já que não iria citar no trabalho os serviços ou profissionais do CRAS apenas o local (bairro) onde foi feito a pesquisa. Eles queriam que eu fizesse uma declaração constando todos os dados da pesquisa (objetivo e fins), com uma declaração da instituição a que estou vinculada. Continuei explicando minhas intenções, que o CRAS apenas seria um ponto de encontro certo, pois lá eu saberia que encontraria mulheres beneficiárias da região. Sugeriram que eu fosse à tarde conversar com a

coordenadora para comunicar sobre a minha pesquisa, mas eu entendi como forma de pedir permissão para fazer a pesquisa dentro do espaço, pedi desculpas e me neguei a ir, e disse que iria fazer a pesquisa do lado de fora sem nenhum problema.

IMPRESSÕES SOBRE A ABORDAGEM:

Como eu estava “fardada”, logo foi fácil me identificar como “pesquisadora”, o que pode causar curiosidade ou espanto por não saber o que eu estava fazendo no local. Como não havia pedido “*permissão formalmente*” para a coordenação, então eles vieram até a mim. Por ética ou “*educação*”, eu poderia sim ter feito todos os procedimentos formais, para fazer a pesquisa dentro do espaço, porém resolvi arriscar e ver se iria ter alguma dificuldade se eu não me identificasse para a instituição, apenas me identificasse para as mulheres que ali estavam.

No CRAS da Pajuçara, estava vestida normalmente como me visto em casa, de short blusa e chinela, entrei e fiquei na fila com as mulheres, porém não peguei senha para o atendimento. Na conversa com elas me identifiquei disse que eu estava fazendo um trabalho de faculdade, por isso queria saber às dificuldades pelas quais elas passavam. Algumas estranharam, pensavam que eu estava disfarçada, fazendo algum tipo de fiscalização para o CRAS, mas conversando com elas consegui ganhar confiança e logo elas contaram das suas experiências de vida.

A princípio estava disposta a fazer um grupo focal dentro do CRAS com algumas mulheres beneficiárias. Como tive relatos das beneficiárias no primeiro dia de campo de insatisfação com o serviço prestado pelo CRAS, achei melhor suspender essa ideia, para garantir a privacidade delas e fazerem elas se sentirem a vontade para falar das suas insatisfações com o PBF e com o serviço prestado pelo CRAS, optei por não fazer o grupo focal dentro da instituição, pois os resultados dos relatos não poderiam ser os mesmos já que estaria presente algum servidor do CRAS. As conversas informais seria nesse caso, a fonte principal para colher dados, firmar parceira com o CRAS para a aplicação dos questionários ou ajuda para fazer um grupo focal dentro da instituição pareceu-me inviável, já que muitas mulheres relatavam, além da sua história de vida, sua própria experiência dentro da assistência do CRAS.

Em sua grande maioria, com as quais conversei na fila e nos questionários fechados, elas demonstraram insatisfação com o serviço prestado pelo CRAS, e demonstraram insegurança quanto à confiabilidade dos serviços, pois muitas disseram que acredita que há irregularidade quanto ao cadastro, pois as assistentes sociais não verificam e não vão em todas as residências das famílias cadastradas, o que faz com que

pessoas que não precisam estejam recebendo, enquanto outras que realmente necessitam estão desamparadas pelo programa.

Demonstraram dúvidas quanto à funcionalidade das condicionalidades do programa, pois as mesmas, estando atualizando o cadastro, assim como são orientadas pelo CRAS, têm muitas vezes seu benefício cortado por meses e só depois voltam a receber sem restituição dos meses que não receberam, ou têm o corte no valor que recebiam de repente, e não conseguem ter explicação dos profissionais do CRAS sobre a diminuição do valor do benefício.

O que dá a entender que falta clareza no repasse das informações para as beneficiárias por parte dos técnicos/profissionais que trabalham nas entidades assistenciais, e as mesmas ficam desamparadas, com dúvidas quanto à funcionalidade e aos serviços do programa.

4. 2. 3 Diário de campo, dia 25 de agosto – Visita ao bairro Timbó.

Resolvi andar pelo bairro onde moro pela manhã às oito horas. Como ainda estava cedo, não havia movimento de pessoas nas ruas e nem nas calçadas como costuma ser no final da tarde. Decidi andar nas ruas de baixo (que se localizam um pouco distante das avenidas principais do bairro). Como não sei quem recebe o PBF, e não tem como eu bater de porta em porta, e no bairro o CRAS ainda está sendo construído, fica mais difícil meu contato com as mulheres beneficiárias. Então, nesse caso eu costumo observar as casas e geralmente vou nas mais humildes, onde tenham pessoas na calçada ou na área. Foi assim que cheguei até duas mulheres que estavam sentadas na área de suas casas. A casa era bastante simples, de tijolos aparentes, sem o reboco, e não havia portão na área. Então me aproximei, falei que eu era estudante e estava fazendo uma pesquisa, assim começamos a conversar.

Uma das mulheres falou que o PBF dela tinha sido cancelado fazia dois anos, e que ela não foi atrás, porque ficou com muita raiva, pois ela já havia atualizado e mesmo assim cancelaram. Ela arranhou um emprego e deixou para lá, mas sente falta da ajuda do PBF e disse que iria lá no CRAS, a fim de atualizar o cadastro para ganhar ao menos a baixa renda na conta da energia. A outra mulher que estava perto era sua cunhada. Ela falou que recebia o PBF, mas era muito tímida, então tranquilizei e falei que se ela quisesse não precisava se identificar. Foi assim que aos poucos ela foi respondendo às perguntas. Como era muito envergonhada, ela disse que não sabia o que

falar da sua vida, então fui conversando com ela para tentar conhecê-la. Conversando também com sua cunhada, ajudou, a saber, um pouco sobre a vida dela e foi assim que consegui finalizar o questionário.

Optei pelas conversas informais justamente por isso, para deixar as pessoas à vontade, livres para falar o que quisessem que eu estaria pronta a ouvir e interagir com elas, pois na experiência no projeto como bolsista percebi que mesmo as mulheres autorizando eu gravar as falas delas, elas não ficavam totalmente à vontade. Assim, eu procurava deixar o celular longe do alcance da vista delas, porém elas procuravam ser breves e ficavam preocupadas com o que iam falar. Sem o gravador, a coleta de dados é mais difícil para mim, mas esse é o meu desafio maior, dar atenção às pessoas e interagir, sem se preocupar se não estou esquecendo de nenhum detalhe, fazer com que as pessoas se sintam tão à vontade, ao ponto delas me chamarem para entrar em suas casas, saber que eu sou como elas.

Essa é minha principal meta. Manter um diálogo. Deixar as pessoas falarem, não apenas ficar ali parada ouvindo, mas dar algo em troca um olhar, um gesto, uma palavra, que demonstre que estou interessada e que me importo com suas vidas, e que não estou ali apenas a fazer um trabalho ou uma pesquisa, mas que estou ali para principalmente conhecer a história de vida daquelas pessoas. Cumprir o papel de entrevistadora é razoável demais para se sentir de fato uma pesquisadora. As técnicas são necessárias, mas eu considero não tão mais importantes do que gostar de ir a campo, sair da sua zona de conforto, realmente se permitir a conhecer e dar atenção ao que o outro quer e tem para dizer. Percebi que não importa o lugar no qual pesquisador(a) vá, pois quanto mais simples nas palavras e no comportamento o/a pesquisador (a) for, mais aberto para conversar as pessoas serão.

4. 2. 4. Diário de campo, dia 31 de agosto (segunda-feira) - Andando pelas ruas do bairro Timbó.

Fui andar nas ruas no fim da tarde, aproveitar que nesse horário algumas pessoas costumam ficar sentadas nas calçadas de sua casa. Vi um grupo de mulheres conversando na calçada, então me aproximei, e perguntei se alguma recebia o PBF. Foi quando conheci Maria, que aceitou responder ao questionário e contar um pouco sobre sua história de vida.

Ao passar perto de uma casa, uma senhora estava fritando batatinha para vender, na calçada de sua casa. Então aproveitei para comprar e perguntar se ela recebia

o PBF. Então ela me falou que fazia 1 ano que não recebia, que estava bloqueado, que havia atualizado o cadastro como o CRAS solicitou, e lhe informaram que depois do cadastro ela fosse no dia do pagamento passar o cartão para desbloquear. No entanto, quando foi fazer a operação, constou a informação “*desistente*” na tela do computador. Ela não voltou mais lá para saber o porquê, mas disse que estava precisando muito do dinheiro, pois ainda estava desempregada e o marido também, e as filhas também, mas não voltou lá, porque pensava que havia sido cortado do programa porque suas filhas terminaram os estudos naquele ano na escola.

Então a orientei que voltasse ao CRAS e levasse todos os documentos necessários e pedisse informação para atualizar o cadastro e solicitar uma visita da assistente social em sua casa para mostrar a situação. Sua casa é bastante simples e ela estava se virando como podia, vendendo batatinhas fritas.

5. DAS HISTÓRIAS DE VIDA

5. 1 História de vida – Rosivânia³⁰

Me chamou atenção a história de vida dessa jovem de 28 anos. Eu tinha saído do CRAS do Jardim Bandeirante e fui andando pelas ruas da região, pois minha irmã mora relativamente perto dali. Então vi a Rosivânia saindo de uma residência humilde, apenas de tijolos, e havia vestígios de telhas queimadas enfrente dessa casa. Me aproximei e perguntei se por acaso ela era beneficiária do PBF. Ela imediatamente respondeu que sim e começamos a conversar. Ela falou que recebia o PBF, mas achava que iria perder, porque seu filho estava recebendo o auxílio doença. Foi quando ela começou a falar da sua vida.

Ela tem dois filhos pequenos e a casa dela incendiou recentemente, por conta de um curto circuito. A sorte, que ela disse, é que deu tempo sair com as crianças, mas não deu para salvar as coisas materiais de dentro da casa. As poucas coisas que tinha ela perdeu no incêndio. Ela falou que foi atrás, com muito sacrifício, do auxílio doença para o filho dela que estava doente, mas não falou o nome da doença. Ela estava tendo várias despesas com remédios, mas não tinha como pagar, por isso foi pedir recurso ao governo. Como a renda da família vai mudar por conta desse dinheiro do auxílio, ela

³⁰ Usarei apenas o primeiro nome que as entrevistadas me disseram, para preservar a identidade delas, por elas serem “beneficiárias” de um programa de governo. Darei destaque apenas para as suas histórias de vida e a situação social em que elas vivem.

poderá perder o benefício, mas ela vai lutar para que isso não aconteça, pois ela ainda necessita de ajuda do programa, pois o auxílio é apenas para despesas do tratamento do seu filho.

Começamos a entrevista na calçada da casa dela e fomos andando na rua, então ela me chamou para casa da avó, pois ela estava morando lá, por conta do episódio do incêndio. A tia dela ia saindo na hora que chegamos, então ela perguntou sobre a pesquisa. Atualmente, a tia dela disse que não estava recebendo o PBF, mas recebeu o bolsa escola por muito tempo. Disse também que conhecia várias pessoas que recebiam o PBF, mas não necessitavam, pois tinham comércio, e isso na sua opinião era injusto. Ela disse que a assistente social do CRAS tinha ido até sua casa, e como ela não estava, pensou que ela estava trabalhando, porém ela apenas havia saído naquele dia.

Depois, ela voltou ao CRAS, e perguntou por que o cadastro dela não deu certo para receber o PBF, ela falou pra eles que conhecia várias pessoas que não necessitavam e recebiam mesmo assim. Mandaram ela fazer uma denúncia das pessoas que ela disse que conhecia. Ela não fez, por que disse que isso era serviço do CRAS, de ir visitar cada família beneficiária. Pois é injusto com as pessoas que realmente precisam não receber ajuda do programa.

Conversando com a tia de uma das beneficiárias, ela relatou que não recebia o benefício, mas era cadastrada no programa, isso lhe dava o direito de fazer cursos gratuitos ofertados por instituições vinculadas ao programa, porém nunca chegou a fazer tais cursos, pois sempre eles eram cancelados antes de começar as aulas, o que demonstra que há falhas nos serviços prestados dentro do programa.

As duas mulheres que entrevistei no CRAS do Jardim Bandeirante, a Cleidina (42 anos) e a Aurélia (37 anos), haviam sofrido violência doméstica dos ex-companheiros. Também moravam de aluguel. A única renda fixa era o dinheiro do programa. Elas eram agentes principais no sustento da casa. Disseram que nunca passaram fome, pois entendem que passar fome é não ter de jeito nenhum alguma coisa para comer. Elas falaram que sempre tem alguma coisa para comer, nem que seja só feijão ou arroz. O dinheiro que recebem do programa ajuda com as despesas, mas não é suficiente e ainda passam necessidades. Das quatro mulheres que entrevistei no Jardim Bandeirante todas eram mães solteiras, que não recebiam ajuda dos ex-companheiros, ou não tinham a paternidade das crianças registrada em cartório.

Sobre o local da entrevista, vale destacar que no Jardim Bandeirante está havendo um crescimento populacional recente, por conta de casas financiadas pela Caixa Econômica Federal, ainda sim, o bairro tem várias carências estruturais.

5. 2. História de vida – Maria.

Uma senhora de 60 anos, negra, residente do bairro Timbó, bem extrovertida, me contou com espontaneidade sobre sua vida. Deixou de estudar com 13 anos de idade para ajudar em casa, pois seu pai havia falecido e a família estava passando muita necessidade (essa ainda é a realidade de muitas mulheres negras desse país). Trabalhava fazendo serviços domésticos nas casas de vizinhos. Me contou que dificilmente tinha *mistura*³¹ para comer, então era uma alegria quando tinha feijão e farinha d' água e para ficar melhor, colocavam pimenta como tempero. Uma vez e outra conseguia dinheiro das faxinas a comprar ovo de pata.

Ia à bodega (um pequeno estabelecimento comercial que vende diversas mercadorias) que tinha por perto de casa. Ela ia toda feliz, pois ia comer uma coisa diferente. Chegava lá, os peixes e carnes ficavam em uma mesa expostos, então aproveitava para pedir os ovos de pata e dava um beliscão no peixe pirarucu, quando o dono da bodega percebia dizia: “essa neguinha já está acabando com meu pirarucu”, ela desconfiada ria envergonhada, e pegava um pouco de farinha também que ficava na mesa e comia. O dono do estabelecimento ria e dizia “essa neguinha vem comprar ovos e acaba merendando também”. Essa fala poderá ser reflexo do racismo, ao chamar Maria pela a cor de sua pele e não pelo seu nome, de maneira a constrangê-la publicamente.

Maria falou que hoje seus filhos têm uma condição melhor, por não passarem fome nem necessidade como ela passou quando era criança, e teve que trabalhar e deixar a escola para ter o que comer. Hoje em dia, ela está aposentada e cuida dos netos.

Sobre o local da entrevista: calçada da casa da beneficiária localizada no bairro Timbó, que é um bairro que, aparentemente, não possui deficiências estruturais (saneamento/pavimentação), porém, quando vamos além das avenidas pavimentadas, e procuramos conhecer as ruas menos visíveis, encontramos casas e ruas em situações precárias e famílias em situação de desemprego.

³¹ O termo *mistura* existe em boa parte do país como sinônimo de tudo o que entra no prato além do arroz e feijão. Por exemplo, a carne, peixe, frango, verduras etc. Ler sobre em: <http://come-se.blogspot.com.br/2014/08/o-que-tem-de-janta-salada-arroz-feijao.html>. Acessado em outubro de 2015.

Toda pobreza tem uma história para ser revelada, porque estamos falando de seres humanos, pessoas de carne, osso e alma. Cada um leva uma história de vida marcada na memória. Somos a nossa memória, que está viva, marcada no corpo e na alma da nossa própria história³². Recordo quando Carolina Maria de Jesus em “*diário de uma favelada*”³³ falou que é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la, só quem já passou fome consegue descrever tamanha angústia. E Maria descreveu-a, em poucas linhas e com seu humor descontraído.

Fui com um casal de amigos a uma comunidade na Pajuçara, esse bairro, assim como o município todo, aparentemente dá a impressão, passando pelas avenidas de fora, avenidas centrais, de lugar desenvolvido, bem estruturado, com ruas pavimentadas e sinalizadas. Porém tem uma triste realidade, bem ao contrário do que aparenta ser, sobretudo quando adentramos o bairro e procuramos conhecer todos os seus espaços, através das histórias de vida de suas/seus moradoras e moradores.

5. 3 História de vida – Antônia.

Conheci a Antônia, residente do bairro Jardim Bandeirante, uma jovem de 28 anos, negra, mãe de 7 filhos(as). Ela mora numa casa de taipa (material feito de barro e bambu). Mora no mesmo terreno que a mãe, porém em outra casa. Um ambiente totalmente desprovido de conforto material, onde não há saneamento, água potável nem iluminação pública. A ligação que tinha de água era do lado de fora da casa, feita de maneira irregular, assim como da energia elétrica, pois os órgãos competentes pelo fornecimento não foram fazer as instalações necessárias para a existência desses serviços básicos. O que acarretava que as próprias pessoas da comunidade fizessem o “*serviço*” para ter acesso à água e à energia.

Apesar de ver a situação em que aquelas famílias viviam, a história de vida da Antônia foi a que me surpreendeu mais. Seus filhos e filhas foram apenas registrados no nome dela. O Pai de 5 dos 7 filhos vive atualmente com outra mulher, do mesmo bairro, e não quis registrar as crianças, e duvidou da paternidade dos filhos, o que levou Antônia a fazer o teste de DNA, cedido com ajuda do Programa de Televisão Cidade

³² Ler sobre conceito de memória em: BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

³³ JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática & Francisco Alves (Original), 1960.

190³⁴ o qual comprovou a paternidade das crianças. Porém, Antônia já havia registrado as crianças apenas no seu nome. O pai das 5 crianças ajuda quando podia, mas ela não cobra, porque sabe que ele também não tem como ajudar, por estar desempregado e viver também em circunstância difíceis. Então, assumiu seus filhos só, teve mais dois filhos de outro homem que morreu e que também não havia registrado os/as filhos/as.

Grávida de gêmeas, Antônia foi ao hospital público do município de Maracanaú para ter suas filhas, mas não havia leito. Ela ficou tentando por duas semanas sua internação, até surgir vaga. Na sua ultima tentativa, mesmo não tendo leito, e como ela já estava sagrando, e quando fez a ultrassom os médicos perceberam que havia passado tempo demais e seu parto teria que ser feito com urgência. Uma de suas filhas nasceu morta, apenas uma sobreviveu, e Antônia ficou em coma por 3 dias. Permaneceu 7 dias no hospital pensando em como seus outros 5 filhos estavam, pois não sabia se alguém estava dando de comer a eles.

Ela disse também que foi sem nada para o hospital, pois não tinha nem roupa para vestir as crianças. O médico marcou para ela ir fazer a operação de ligamento 45 dias depois da cesariana, porém ela não retornou para marcar a operação, pois não tinha quem cuidasse dela e nem dos seus filhos e passar mais dias internadas no hospital e depois repouso em casa, ela não teria condições para isso.

Antônia falou que seu pai era aposentado, pois era deficiente, e sustentava a família com esse dinheiro. Quando ele faleceu, ela e seus irmãos passaram muita fome, e não sabiam fazer outra coisa que não fosse pedir ajuda de outras pessoas. Ela falou que a única coisa que o pai dela tinha ensinado aos seus filhos/as era pedir esmolas. Ela só frequentou até a 5ª série do Ensino fundamental, e deixou de ir para escola, pois levava seus filhos pequenos junto, e as pessoas da sala reclamavam, falava mal quando as crianças choravam, então ela desistiu de ir à escola. Desde os 7 anos de idade, pedia esmolas nas ruas e assim ia sobrevivendo.

Apesar da extrema pobreza em que ela vive, ela não recebe o PBF. Era cadastrada no Cadastro Único, porém apenas recebia o leite que está em falta já fazia 6 meses, e recebia marmita de “*graça*” pois tem uma carteirinha da Rede de Segurança Alimentar fornecida pelo CRAS. Essas “quentinhas” são feitas pelas cozinhas comunitárias. Nas carteirinhas constam o nome do usuário, o endereço, o Número de Identificação Social (NIS) e a quantidade de “quentinhas” que tem que ser entregue para

³⁴ O Cidade 190 é um programa de televisão do Ceará com conteúdo policial. As reportagens são realizadas nas ruas dos bairros de Fortaleza e regiões vizinhas.

aquela pessoa, geralmente baseado no número de pessoas que moram na casa. Ela vive de doações das pessoas. Trabalhava com reciclagem, porém teve seu carrinho de coleta furtado e depois que sua filha nasceu dificultou ela trabalhar ainda mais.

A explicação que os técnicos que trabalham no CRAS deram para ela é que a mãe dela já recebia o benefício e como a mãe dela mora no mesmo endereço que ela, deu inconsistência no cadastro e o benefício não foi gerado.

Ela explicou que morava no mesmo terreno, porém em casas diferentes, e que ela tinha sua própria família apesar de morar perto da mãe, ela tinha seus próprios filhos pra criar. Ela pediu que a/o assistente social fosse à sua casa, mas não foram. Então eu fui ao CRAS e contei a história, disse o nome dela e fui informada pela técnica que a Antônia era acompanhada pelo CRAS.

O que fez eu indagar como ela era acompanhada? Pois ela precisa do benefício e o mesmo está sendo negado para ela, que o único “*benefício*” que ela está tendo é o recebimento das “*quentinhas*”, porque o leite há 6 meses está em falta. Então pedi à assistente social que fosse até sua casa e visse as condições e fizesse algo por ela. Pois o cadastro único não consegue dar todas as informações. Mesmo inscritas no Cadastro único, as pessoas precisam ser visitadas, precisam de fato ser acompanhadas, não apenas por número ou pelo computador.

A realidade de vida dessas pessoas precisa ser constatada, para que não houvesse injustiça como está acontecendo com a Antônia. Ao terminar a conversa a técnica avisou que iria passar para a assistente social a demanda e que naquela semana ela iria à residência da Antônia. Abaixo seguem algumas fotos da realidade da entrevistada:



Este é o único banheiro comunitário para todas as casas que se encontram naquele terreno, mas as crianças costumam tomar banho em uma torneira do lado de fora do banheiro.

Imagem 1: Banheiro comunitário de famílias beneficiárias do PBF



Esta é a casa da sua mãe que também é beneficiária do PBF. Antônia mora em outra casa, porém como esta no mesmo terreno. Antônia não recebe o benefício, apesar de ter sua própria família e ter que sustentar seus filhos/as.

Imagem 2: Casa em que reside mãe da beneficiária do PBF.



Imagem 3: Casas em que residem famílias beneficiárias do PBF.

Todas essas casas foram condenadas pelo Órgão da defesa civil do município, porém as famílias que ali moram não têm para onde ir, não ofereceram de imediato

outras casas a elas morarem, apenas disseram que elas tinham que sair dali para a sua própria “segurança”.

Muitos políticos do município andaram onde mora Antônia, porém nada fizeram por ela nem por sua família, apenas promessas. Mandaram ela se inscrever no programa de governo “*Minha Casa Minha Vida*”, mas a mesma não foi, pois não queria sair do local no qual cresceu e viu seus irmãos crescerem, ela quer construir sua casa ali, onde sua mãe vive há 39 anos, mas não teve condição de construir uma residência melhor então fez da maneira que pôde. Ali seus filhos têm espaço para brincar, além disso, podem criar animais como galinhas, porcos para sua própria alimentação, já que Antônia não possui nenhuma renda, e depende de doações.

Atualmente nessa comunidade moram 23 crianças. Antônia desconhece outra vida longe dali, se ao invés de a expulsarem do canto onde viveu a vida toda lhe oferecessem ajuda para construir uma casa digna ali mesmo, ela aceitaria com um sorriso no rosto, mas até o momento só escutou ameaças e indiferença para com a sua situação, o que lhe faz pensar hoje que, dali, ela só sai morta para o cemitério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços das políticas públicas do combate da desigualdade de gênero e programas sociais como o PBF, para promover a cidadania, a inclusão social e erradicação da extrema pobreza em nosso país, infelizmente ainda não se consegue atender a todas as pessoas em condição social desfavorecida. A desigualdade de gênero ainda é um dos maiores problemas enfrentados pela mulher nessa sociedade fundamentada no patriarcado, além do agravante fator da desigualdade racial, que atinge as mulheres pobres negras, tornando esse fardo mais pesado. Das 8 entrevistadas apenas uma se autodeclarou negra, no entanto era perceptível que as outras entrevistadas também eram negras, mas não tinham consciência da sua negritude.

Indicadores sociais confirmam que ainda no século XXI as mulheres continuam ganhando menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade mesmo sendo o Brasil o país feminino (que tem mais mulheres que homens). Elas também se aposentam em menor proporção que os homens e há mulheres idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão, o que as deixa correndo mais riscos quanto à vulnerabilidade social. Um dos fatores que contribuem

para isso é o sistema capitalista, que deixa a mulher mais propensa à exploração e à discriminação precisando de assistência de programas sociais, como o PBF.

É nesse contexto de desigualdades sociais (com base nos marcadores de classe/cor/gênero) que percebemos as contradições socioeconômicas do município, que de um lado, é um grande produtor de riquezas, obtém bons índices econômicos e, por outro, não consegue oferecer os serviços básicos de dignidade humana para as pessoas. Também foi constatado que 35,5% das entrevistadas disseram que sofreram violência doméstica. No entanto, observei que houve constrangimento de algumas mulheres de responder com verdade essa pergunta, e também de não terem conhecimento do que consiste a violência doméstica.

Em análise macro, foi possível observar que o Estado burguês permite a formulação de políticas públicas para o reconhecimento dos direitos humanos que foram conquistados através de muita luta os quais, no entanto, continuam sendo violentados dentro do sistema capitalista e pela cultura machista. Esses retrocessos principalmente nos direitos humanos das mulheres para uma vida digna, sem desigualdade e discriminação, demonstram que os programas sociais não conseguem suprir todas as necessidades básicas ontológicas e não nos liberta da situação historicamente vulnerável de desigualdade (gênero/cor/classe).

Foi constatado com a pesquisa que mesmo com o PBF, muitas das beneficiárias não conseguem ter acesso a serviços públicos de qualidade, e nem a serviços básicos mínimos como saneamento, água e luz, que são necessidades humanas fundamentais para a existência humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, J. E. A, CAVENAGHI. S. M. **Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil**. Mediações, Loderina, v. 17. N. 2, p. 83-105. Jul-Dez. 2012.

ARANHA, M. L. A. **Filosofando**. Moderna: São Paulo, 1999.

A Síntese de Indicadores Sociais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>. Acessado em abril de 2015.

As mulheres e os Direitos Humanos. 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Secretária Especial de Política para as Mulheres (SPM). Brasília, 2008. Disponível em:

<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2008/informativodireitoshumanos.pdf>.

BRASIL, Constituição da República Federativa de 1824. Brasília, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acessado em março de 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1934. Brasília, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acessado em março de 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em março de 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa de 1988. Emenda Constitucional nº 90, de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em maio de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação do. LEI de Cotas nº 12.711/2012. Disponível em [:http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html](http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html). Acessado em março de 2015.

BORON, Atílio A, AMADERO, Xavier, GONZÁLES, Sabrina. (Orgs). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clasco, 2006.

BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes (org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade: o que é isso?** In: **Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades**. Brasília, 2007.

COMISSÃO, Nacional da Verdade, CNV 2012. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acessado em março de 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 7. ed., ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau, v.2, n.4, p.01-30, Sem II, 2008.

DECLARAÇÃO, Universal dos Direitos Humanos. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acessado em março de 2015.

DIÁRIO do Nordeste. Maracanaú é o 7º do País em desenvolvimento econômico. Disponível:<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/maracanaue-o-7-do-pais-em-desenvolvimento-1.1427399>. Acessado em novembro de 2015.

ELIAS, Rodrigo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Anot, Nº 84, setembro de 2012. p. 18-21.

ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . **Etnografia: saberes e práticas**. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

FIORI, José Luiz. **Neoliberalismo e Políticas Públicas**. In: Os moedeiros falsos. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

FORSBERG, Anna Maria. **Gestão Pública e o Programa Bolsa Família: um estudo comparado de órgãos federais do Brasil**. Recife: Bagaço, 2011.

GROSSI, Mirian Pillar. (Org). **Trabalho de campo e Subjetividade**. Florianópolis: CLAUDIA LAGO, 1992.

_____. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Vº Curso de Saúde e Direitos Reprodutivos: Campinas, 1996.

GUEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1 ed. (Reimp). Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. MCLETHAN, David. VILAR, Pierre. et al. **O Marxismo no tempo de Marx**. In: História do Marxismo. Trad. Carlos Nelson Coutino e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Indicadores de Desenvolvimento. Disponível em <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo3/31.htm>. Acessado em novembro de 2015.

IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações Estatísticas: Maracanaú-Ceará, 2010.

IPCE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Maracanaú, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes De. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Ática & Francisco Alves (Original), 1960.

KOSELLECK, Reinarth. **Futuro Passado**: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rev. Cesár Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-ed. PUC-Rio, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A obra de Marcelo Mauss**. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Trad. Mauro W. B. de Almeida e Lamberto Puccinelle. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MAPAS, Google, 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-3.8683521,-38.6087359,13z>.

MARK, Kalr & ENGELS, Friedrich. (Feuerbach). **Oposição das Concepções Materialista e Idealista**. In: Ideologia Alemã. ed. Ridendo Castigat Moraes. Rocket Edition, 1999.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O Brasil Sem Miséria no seu Município. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>. Acessado em abril de 2015.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**: Relatório Final do Projeto Gorvenabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe. Cepal. SPM. Brasília: 2005.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**. CEPAL-SPM: Brasília, 2005.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NIKITIN, P. **Fundamentos de Economia Política**. Trad. A Veiga Fialho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **As mulheres, os direitos humanos e a democracia**. Textos do Brasil: Cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Maio/Agosto 1998 Ano II – no 6.

PETERSEN, Janine. **Feminismo e a polêmica da contracepção no Brasil (1970-1980)**. Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v.11, n.11, p. pp. 135-144, jan. 2004.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

REGO, Walquiria Leão. PINZANI, Alessandro Pinzani. **Vozes do Bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unespo, 2013.

SAVIANE, Durmeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos: Revista Brasileira de Educação, v.12. n.34. 2007.

SOARES, Maria Victoria Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos**. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.) Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. págs. 56-65.

SILVA, Alain Tramont. NUNES, Pedro Henrique. **Olympe de Gouges: as mulheres e a revolução**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/olympe-de-gouges-mulheres-e-revolucao>. Acessado em junho de 2015.

TOLEDO, Cecília (org). **A Mulher e a luta pelo socialismo**; por Kalr Marx, Friedrich Engels, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Leon Trotski. 2.ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

APÊNDICE : Questionário aplicado as beneficiárias do PBF

Local da entrevista:

Questionário nº : _____ Data: ___/___/___ Dia da semana: _____

1. Nome (opcional): _____

2. Idade: _____

3. Tem filhos/as?

() Sim . Quantos? _____ () Não

4. Profissão ou ocupação:

() Dona de casa () Empregada doméstica () Aposentada ()
outros: Qual? _____

5. Estado civil:

() Solteira () Divorciada () Casada () Viúva () Vive
junto/união consensual

6. Quanto tempo recebe o Bolsa Família?

() 0 à 2 anos () 2 à 4 anos () 4 à 6 anos () 6 à 8 anos

() mais de 8 anos

7. Quantas pessoas moram com você?

() 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ()
mais de 6

8. O bolsa família é a sua única renda fixa?

() Sim () Não

9. O bolsa família é a principal renda da família, é você que sustenta a família?

() Sim () Não

10. Alguém ajuda você? Quem? _____

11. A casa que você mora é?

() alugada () própria () é da minha mãe ou pai
() outros? _____

12. Na casa em que você mora tem banheiro dentro de casa?

() Sim () Não

13. Tem água potável nas torneiras de casa?

Sim Não

14. Tem esgoto em casa?

Sim Não

15. Tem luz em casa?

Sim Não

16. O dinheiro que você recebe é suficiente para manter as despesas da família/casa?

Sim Não

17. Consegue comprar alimentos com esse dinheiro para o mês todo?

Sim Não

18. Até que série foi à escola?

nunca foi

1ª série do fundamental à 3ª série

3ª série do fundamental à 5ª série

5ª série do fundamental à 8ª série

parou no ensino médio

ainda estuda

ensino fundamental completo

ensino médio completo

19. Se nunca frequentou, por quê? E se não terminou os estudos, por quê?

Porque tinha que trabalhar pra ajudar a família

Porque tinha que trabalhar pra me sustentar

Porque à escola ficava longe da minha casa e não tinha como ir

Porque meu pai não me deixava estudar

Porque meu marido não me deixava estudar

Porque tinha que cuidar dos meus filhos

Porque tinha que cuidar dos meus irmãos

Outros motivos
Qual? _____

20. Há quanto tempo vive em Maracanaú?

Há menos de 1 ano

de 1 à 3 anos

de 3 à 5 anos

de 5 à 7

de 7 à 10

mais de 10 anos

mais de 20 anos

21. Já passou fome?

sim

não

22. Com que idade começou a
trabalhar? _____

23. O que acha da Saúde do município?

péssima

boa

ótima

satisfatória

24. O que acha das escolas pública do município?

péssima

boa

ótima

satisfatória

25. Já esteve doente e não teve dinheiro para comprar remédio? Ou não conseguiu
de graça nos postos de saúde do município?

Sim Não

26. Já esteve doente e não conseguiu atendimento no posto ou hospital público do
município?

Sim Não

27. Já sofreu algum tipo de violência de homem?

Sim. Ele era o que seu? _____

Não

28. Fale-me um pouco da sua história de vida. As suas dificuldades, os momentos difíceis que você já passou.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada, convidamos você para participar da pesquisa “Educação Corporal, Classe e Gênero: Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Maracanaú”, sob a responsabilidade da pesquisadora Silmara Peixoto Moreira, a qual pretende discutir as desigualdades socioeconômicas das mulheres beneficiárias e residentes do município de Maracanaú.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de responder as 28 perguntas contidas no relatório semiestruturado elaborado pela pesquisadora e autorizar o registro de imagens do local onde você mora (reside).

Se depois de consentir em sua participação a senhora desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A senhora não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a senhora poderá entrar em contato com a pesquisadora (Silmara) no telefone fixo 85- 33822250, ou 85-989283683.

Consentimento Pós Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinada por mim e pelo pesquisador ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura da participante (voluntária)

Assinatura da pesquisadora responsável

Data e Local, _____